

Sumário

MONSTRATIVOS CONSOLIDADOS	88
Balanço Orçamentário	88
Balanço Patrimonial	90
Demonstração das Variações Patrimoniais	92
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	94
Balanço Financeiro	95
Demonstração dos Fluxos de Caixa	96
TAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	97
Introdução	97
RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	99
Base de Preparação	101
Balanço Orçamentário	106
Balanço Patrimonial	110
Demonstração das Variações Patrimoniais	135
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140
BALANÇO FINANCEIRO	142
Demonstração do Fluxo de Caixa	146
ÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA	151
Matriz de Saldos Contábeis - MSC	151
Projeto Conta Corrente Contábil	152
SPOSIÇÕES FINAIS	152
	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO PATRIMONIAL

1. Demonstrativos Consolidados

1.1 Balanço Orçamentário

CONSOLIDADO GERAL Balanço Orçamentário do Exercício 2020

					eiii Ka
Receitas Orçamentárias	Notas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	6	63.212.370.738,00	64.095.087.305,44	63.911.412.391,83	(183.674.913,61)
Receita Tributária		34.007.651.711,00	34.007.651.711,00	35.352.922.853,57	1.345.271.142,57
Receita de Contribuições		5.519.254.649,00	5.519.254.649,00	5.169.624.183,50	(349.630.465,50)
Receita Patrimonial		3.440.006.648,00	3.440.006.648,00	2.487.234.580,82	(952.772.067,18)
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		470.381.999,00	470.381.999,00	454.257.360,63	(16.124.638,37)
Transferências Correntes		17.295.340.721,00	18.178.057.288,44	18.893.713.493,78	715.656.205,34
Outras Receitas Correntes		2.479.735.010,00	2.479.735.010,00	1.553.659.919,53	(926.075.090,47)
Receitas de Capital (II)	6	5.710.926.465,00	5.713.280.430,39	2.749.798.236,09	(2.963.482.194,30)
Operações de Crédito		674.999.204,00	677.315.393,59	510.196.840,17	(167.118.553,42)
Alienação de Bens		1.829.387.705,00	1.829.387.705,00	50.295.488,01	(1.779.092.216,99)
Amortizações de Empréstimos		32.570.000,00	32.570.000,00	20.501.527,73	(12.068.472,27)
Transferências de Capital		1.078.509.081,00	1.078.546.856,80	751.796.597,54	(326.750.259,26)
Outras Receitas de Capital		2.095.460.475,00	2.095.460.475,00	1.417.007.782,64	(678.452.692,36)
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2	68.923.297.203,00	69.808.367.735,83	66.661.210.627,92	(3.147.157.107,91)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)		68.923.297.203,00	69.808.367.735,83	66.661.210.627,92	(3.147.157.107,91)
Deficit (VI)		66.143.464,00	2.115.787.422,33	-	
Total (VII) = (V + VI)	1	68.989.440.667,00	71.924.155.158,16	66.661.210.627,92	(3.147.157.107,91)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		66.143.464,00	2.138.038.187,45	2.071.894.723,45	(66.143.464,00)
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		66.143.464,00	66.143.464,00	-	(66.143.464,00)
Superavit Financeiro	3	-	2.071.894.723,45	2.071.894.723,45	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL Balanço Orçamentário do Exercício 2020

em R\$

							em R\$
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo da
Despesas Orçamentárias	Notas	(e)	(f)	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Dotação
		` '	.,,	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	6	58.132.912.152,00	61.162.694.646,93	58.789.924.666,67	55.015.154.347,74	54.659.001.022,62	2.372.769.980,26
Pessoal e Encargos Sociais		27.334.598.556,00	27.247.811.178,44	26.384.709.675,49	25.936.708.880,17	25.924.845.038,92	863.101.502,95
Juros e Encargos da Dívida		1.282.846.190,00	475.908.537,95	317.201.602,55	314.610.332,71	314.610.332,71	158.706.935,40
Outras Despesas Correntes		29.515.467.406,00	33.438.974.930,54	32.088.013.388,63	28.763.835.134,86	28.419.545.650,99	1.350.961.541,91
Despesas de Capital (IX)	6	10.856.527.515,00	10.761.459.511,23	6.125.412.747,32	4.573.308.070,66	4.451.076.551,10	4.636.046.763,91
Investimentos		8.189.904.300,00	9.098.336.778,31	4.578.417.026,41	3.026.402.090,89	2.904.170.571,33	4.519.919.751,90
Inversões Financeiras		92.937.083,00	96.035.083,00	5.317.276,00	5.317.276,00	5.317.276,00	90.717.807,00
Amortização da Dívida		2.573.686.132,00	1.567.087.649,92	1.541.678.444,91	1.541.588.703,77	1.541.588.703,77	25.409.205,01
Reserva de Contingência (X)		1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)		68.989.440.667,00	71.924.155.158,16	64.915.337.413,99	59.588.462.418,40	59.110.077.573,72	7.008.817.744,17
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)	1	68.989.440.667,00	71.924.155.158,16	64.915.337.413,99	59.588.462.418,40	59.110.077.573,72	7.008.817.744,17
Superavit (XIV)	4	-	-	1.745.873.213,93			
Total (XV) = (XIII + XIV)	5	68.989.440.667,00	71.924.155.158,16	66.661.210.627,92	59.588.462.418,40	59.110.077.573,72	7.008.817.744,17
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL Balanço Orçamentário do Exercício 2020

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R\$

		Ins	critos				
Restos a Pagar Não Processados	Notas	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)		
Despesas Correntes		50.198.527,77	2.266.257.554,81	1.766.393.667,01	1.765.963.386,93	549.913.232,62	579.463,03
Pessoal e Encargos Sociais		-	398.305.518,37	340.056.623,48	340.049.405,51	58.248.894,89	7.217,97
Juros e Encargos da Dívida		-	553.968,25	-	-	553.968,25	-
Outras Despesas Correntes		50.198.527,77	1.867.398.068,19	1.426.337.043,53	1.425.913.981,42	491.110.369,48	572.245,06
Despesas de Capital		4.812.872,03	1.259.532.377,29	698.633.922,48	696.317.307,62	565.711.326,84	2.316.614,86
Investimentos		4.812.872,03	1.259.506.008,20	698.633.922,48	696.317.307,62	565.684.957,75	2.316.614,86
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	26.369,09	-	-	26.369,09	-
Total	7	55.011.399,80	3.525.789.932,10	2.465.027.589,49	2.462.280.694,55	1.115.624.559,46	2.896.077,89

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

						eiii Ka	
		Ins	critos				
Restos a Pagar Processados	Notas	Em Exercícios Anteriores (a) Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)	
Despesas Correntes		3.552.735,10	170.320.108,08	170.111.761,78	587.112,97	3.173.968,43	
Pessoal e Encargos Sociais		51.191,31	6.898.431,80	6.898.147,10	4.140,14	47.335,87	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		3.501.543,79	163.421.676,28	163.213.614,68	582.972,83	3.126.632,56	
Despesas de Capital		4.805.663,44	81.947.314,64	81.872.075,68	559.804,46	4.321.097,94	
Investimentos		4.805.663,44	81.947.314,64	81.872.075,68	559.804,46	4.321.097,94	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	
Total		8.358.398,54	252.267.422,72	251.983.837,46	1.146.917,43	7.495.066,37	

1.2 Balanço Patrimonial

CONSOLIDADO GERAL Balanço Patrimonial do Exercício 2020

em R\$

ATIVO			PASSIVO				
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		31.995.409.814,84	26.143.960.136,76	Passivo Circulante		11.263.540.603,87	10.056.348.330,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	18.147.065.361,81	13.228.220.413,60	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Curto Prazo	13	1.743.480.700,54	1.316.780.700,96
Créditos a Curto Prazo	2	13.376.921.631,66	12.448.120.182,35	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14	2.225.766.436,11	2.263.265.892,52
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	3	80.444.187,76	97.046.800,95	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15	1.402.011.365,89	2.062.216.369,02
Estoques	4	389.110.931,41	369.769.778,73	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16	7.280.844,99	1.147.460,08
VPD Pagas Antecipadamente	5	1.867.702,20	802.961,13	Obrigações de Repartições a Outros Entes		-	-
				Provisões a Curto Prazo	17	70.889.380,73	-
				Demais Obrigações a Curto Prazo	18	5.814.111.875,61	4.412.937.908,08
Ativo Não Circulante		98.185.232.071,67	87.095.189.200,27	Passivo Não Circulante		225.025.571.046,10	213.443.766.696,67
Realizável a Longo Prazo		62.977.986.801,39	57.388.085.991,95	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Longo Prazo	13	14.381.160.610,32	14.635.837.970,45
Créditos a Longo Prazo	6	62.951.903.567,64	57.100.707.212,50	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	14	25.920.582.639,00	24.979.077.218,75
Investimentos Temp. a Longo Prazo	7	65.996,20	79.578,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	15	2.605.681.650,20	2.214.431.420,61
Estoques	8	25.291.893,35	287.299.200,79	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	16	293.006.923,02	62.343.497,56
VPD Pagas Antecipadamente	9	725.344,20	-	Provisões a Longo Prazo	17	173.484.264.113,09	163.306.434.036,75
Investimentos	10	8.592.899.881,56	8.305.655.558,90	Demais Obrigações a Longo Prazo	18	8.340.875.110,47	8.245.642.552,55
lmobilizado	11	26.597.767.044,95	21.375.876.365,26	Resultado Diferido		-	-
Intangível	12	16.578.343,77	25.571.284,16				
				Total do Passivo		236.289.111.649,97	223.500.115.027,33
				Passivo a Descoberto	19	(106.108.469.763,46)	(110.260.965.690,30)
				Patrimônio Social e Capital Social		1.361.070.999,88	898.694.716,14
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		620.520.691,95	591.100.686,93
				Reservas de Capital		-	-
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		(208.983,60)	-
				Reservas de Lucros		-	-
				Demais Reservas		259.626.942,10	141.161.383,13
				Resultados Acumulados	20	(108.349.479.413,79)	(111.891.922.476,50)
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Total		130.180.641.886,51	113.239.149.337,03	Total		130.180.641.886,51	113.239.149.337,03

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		23.144.417.698,95	17.669.719.702,19	Passivo Financeiro		11.376.163.048,77	8.678.411.111,90
Ativo Permanente		107.036.224.187,56	95.569.429.634,84	Passivo Permanente		230.178.098.796,54	218.374.676.497,56
				Saldo Patrimonial (I - II)	21	(111.373.619.958,80)	(113.813.938.272,43)

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

							em K\$
Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas		3.782.466.162,80	3.538.396.476,36	Garantias e Contragarantias Concedidas		103.053.741,33	79.931.247,75
Direitos Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-	Obrigações Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		30.089.699.067,64	31.897.195.506,25
Outros Atos Potenciais Ativos		38.001.769,67	21.420.388.376,89	Outros Atos Potenciais Passivos		1.215.024.232,01	1.128.296.933,29
Total	22	3.820.467.932,47	24.958.784.853,25	Total	22	31.407.777.040,98	33.105.423.687,29

Quadro do Superávit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária		5.512.641.626,07	3.020.169.703,49
Vinculada		6.255.613.024,11	5.971.138.886,80
Operações de Crédito		203.798.897,56	299.243.678,50
Transferências Federais		631.207.149,03	527.349.572,60
Transferências Estaduais		173.583.225,80	176.500.850,82
Fundo Constitucional de Educação		102.425.291,30	143.522.979,32
Outras Fontes		388.029.924,28	335.189.929,96
Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		4.577.519.676,26	4.284.438.688,74
Alienação de Bens Ativos		61.274.586,79	20.802.440,84
Depósitos Judiciais		34.966.453,67	160.243.118,32
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		77.078.017,88	-
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		3.375.769,00	-
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		2.354.032,54	-
Recursos Extraorçamentários		-	23.847.627,70
Total	23	11.768.254.650,18	8.991.308.590,29

1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

CONSOLIDADO GERAL Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2020

VARIAÇÕES PATRIMONIAI	SOLIANTITATIVAS		em R\$
YAMAGOO I ATMINOMAN	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas	110140	98.915.233.035,95	92.607.627.142,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		37.798.891.000,56	36.502.587.420,47
Impostos	1	37.066.948.010,39	35.799.987.455,46
Taxas	<u>'</u>	731.942.990,17	702.599.965,01
Contribuições de Melhoria		731.942.990,17	702.399.903,01
Contribuições		5.169.521.159,38	5.036.076.281,13
Contribuições Sociais	2	4.582.751.577,48	4.399.215.124,70
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2	4.302.731.377,40	4.539.215.124,70
Contribuição de Iluminação Pública		586.769.581,90	636.861.156,43
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		360.769.361,90	030.001.130,43
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.395.852.821,11	796.365.034,72
Venda de Mercadorias Venda de Produtos		62.513.057,93	66.120.455,59
		- 0.000.000.700.40	720 044 570 42
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3	2.333.339.763,18	730.244.579,13
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		15.345.163.697,49	13.040.316.609,71
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	4	11.222.105.405,45	12.023.540.519,59
Variações Monetárias e Cambiais	5	3.476.737.095,93	8.172,37
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		512.611.518,88	796.209.086,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		133.709.677,23	220.558.831,01
Transferências e Delegações Recebidas		33.120.096.849,91	29.760.586.356,32
Transferências Intragovernamentais	6	11.168.542.129,70	10.598.735.953,95
Transferências Intergovernamentais	7	21.605.752.037,42	19.098.643.588,27
Transferências das Instituições Privadas		43.255.160,93	5.971.927,94
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	20.100,00
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		43.302.756,54	19.808.894,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas		259.244.765,32	37.405.891,26
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		410.693.748,69	1.888.877.232,15
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação	8	14.351.735,13	1.031.677.897,11
Ganhos com Incorporação de Ativos	9	48.895.942,90	218.627.748,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10	347.446.070,66	638.571.586,60
Reversão de Redução a Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11	4.675.013.758,81	5.582.818.207,85
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	136.522.276,52
Resultado Positivo de Participações		189.523.416,85	117.456.908,07
Reversão de Provisões e Ajustes e Perdas		1.304.637.069,24	408.252.779,97
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.180.853.272,72	4.920.586.243,29

			em R\$
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Diminutivas		99.504.162.049,10	83.225.127.601,02
Pessoal e Encargos		16.555.423.337,74	16.697.450.988,32
Remuneração a Pessoal	12	12.874.477.620,57	13.122.655.330,64
Encargos Patronais		2.761.622.052,88	2.665.752.346,65
Benefícios a Pessoal		902.554.249,60	892.000.726,41
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		16.769.414,69	17.042.584,62
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.908.363.878,75	9.952.164.586,13
Aposentadorias e Reformas	13	9.643.974.547,36	9.117.467.790,22
Pensões		861.171.488,40	827.588.036,06
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		385.421.400,00	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		202.057,86	521.851,87
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14	17.594.385,13	6.586.907,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		15.127.661.731,33	14.126.664.806,55
Uso de Material de Consumo		1.338.034.832,37	1.377.157.007,67
Serviços	15	13.667.716.013,98	12.675.137.648,46
Depreciação, Amortização e Exaustão		121.910.884,98	74.370.150,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.745.650.236,78	3.616.474.343,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	16	326.354.472,35	1.148.235.293,91
Juros e Encargos de Mora	17	8.996.215,54	354.300,11
Variações Monetárias e Cambiais		2.407.752.121,08	2.467.741.485,55
Descontos Financeiros Concedidos		2.290.821,04	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		256.606,77	143.264,35
Transferências e Delegações Concedidas		29.044.074.849,12	25.631.888.065,99
Transferências Intragovernamentais	18	11.166.046.511,31	10.582.495.021,05
Transferências Intergovernamentais	19	5.579.857.991,78	5.232.885.595,10
Transferências a Instituições Privadas	20	12.297.818.160,47	9.816.376.705,98
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		337.368,39	96.400,86
Execução Orçamentária Delegada		-	13.012,97
Outras Transferências e Delegações Concedidas		14.817,17	21.330,03
Desvaloraização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		13.691.594.790,83	10.889.454.992,47
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	21	6.705.062.047,47	7.174.799.132,50
Perdas com Alienação		55,36	105.069,00
Perdas Involuntárias		3.977.954,52	73.455.842,86
Incorporação de Passivos		93.438.352,52	8.256.696,40
Desincorporação de Ativos	22	6.889.116.380,96	3.632.838.251,71
Tributárias		613.892.927,85	560.790.123,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.735.947,29	1.718.998,90
Contribuições		602.156.980,56	559.071.124,43
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		23.686.629,69	20.498.258,80
Custo das Mercadorias Vendidas Custo das Mercadorias Vendidas		23.686.629,69	20.498.258,80
Custos dos Produtos Vendidos		23.000.023,03	20.430.200,00
Custo dos Serviços Prestados		_	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23	10.793.813.667,01	1 720 741 425 51
	23		1.729.741.435,51
Premiações Resultado Negativo de Participações		85.387.589,90	4.473.441,18
Incentivos		38.318.913,11	308.986.268,12 164.206.255,05
		147.457.447,49	104.200.200,00
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		10 210 002 210 22	602 402 670 72
VPD de Constituição de Provisões		10.218.092.218,03	682.403.679,72
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		304.557.498,48	569.671.791,44
Resultado Patrimonial do Período		(588.929.013,15)	9.382.499.541,33

1.4 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO GERAL Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2020

Especificação	Notas	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas Demais de Lucros Reservas		Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldos Iniciais		1.361.070.999,88	620.520.691,95	-	-	-	266.511.811,67	(112.289.459.237,15)	-	(110.041.355.733,65)
Ajustes de Exercícios Anteriores	3	-	-	-	-	-	-	4.528.699.852,91	-	4.528.699.852,91
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	1	-	-	-	(208.983,60)	-	-	(588.720.029,55)		(588.929.013,15)
Constituição/Reversão de Reservas	2	-	-	-	-	-	(6.884.869,57)	-	-	(6.884.869,57)
Saldos Finais		1.361.070.999,88	620.520.691,95	-	(208.983,60)	-	259.626.942,10	(108.349.479.413,79)	-	(106.108.469.763,46)

1.5 Balanço Financeiro

CONSOLIDADO GERAL Balanço Financeiro do Exercício 2020

INIO	RESSOS			em R\$						
***			_			-	- ()			
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior			
Receita Orçamentária (I)	1A e 1B	66.661.210.627,92	62.716.982.200,34	Despesa Orçamentária (VI)	1C	64.915.337.413,99	59.389.424.273,77			
Ordinária		52.107.138.696,34	48.386.194.641,44	Ordinária		50.131.045.144,55	46.098.054.384,25			
Tesouro Municipal		47.073.434.599,77	43.751.451.968,01	Tesouro Municipal		45.002.754.017,49	41.513.142.054,60			
Recursos Próprios da Administração Indireta		4.744.409.396,24	4.590.599.116,57	Recursos Próprios da Administração Indireta		4.840.550.558,04	4.521.834.274,15			
Recursos Próprios da Empresa Dependente		289.294.700,33	44.143.556,86	Recursos Próprios da Empresa Dependente		287.740.569,02	63.078.055,50			
Vinculada		14.554.071.931,58	14.330.787.558,90	Vinculada		14.784.292.269,44	13.291.369.889,52			
Operações de Crédito		521.466.706,28	296.172.949,82	Operações de Crédito		635.355.091,77	62.087.606,45			
Transferências Federais		4.147.174.361,25	3.140.534.810,00	Transferências Federais		4.165.060.633,19	3.559.923.561,22			
Transferências Estaduais		712.614.618,99	647.917.610,89	Transferências Estaduais		682.608.452,53	687.486.589,34			
Fundo Constitucional de Educação		4.681.603.079,65	4.667.796.189,67	Fundo Constitucional de Educação		4.722.008.092,80	4.720.416.218,80			
Outras Fontes		204.444.808,93	44.547.473,66	Outras Fontes		153.788.270,78	75.548.459,65			
Receita Condicionada		-	-	Receita Condicionada		-	-			
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		3.088.972.006,65	4.835.027.672,09	Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		3.225.678.679,26	3.331.540.529,93			
Alienação de Bens Ativos		50.295.488,01	30.282.356,19	Alienação de Bens Ativos		9.823.342,06	9.819.424,13			
Depósitos Judiciais		719.943.761,25	668.508.496,58	Depósitos Judiciais		845.220.425,90	844.547.500,00			
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a		335.525.438,28	_	Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a		258.447.420,40	_			
Fundo - Serv. Púb. Saúde		000.020.100,20		Fundo - Serv. Púb. Saúde		200:111:120;10				
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		3.375.769,00	-	Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		-	-			
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid		-	-	Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid		-	-			
Vinculados à Saúde Transf, Federais - LC 173/2020, Art. 5°, I		88.655.893.29		Vinculados à Saúde Transf, Federais - LC 173/2020, Art. 5°, I		86.301.860.75				
Transferências Financeiras		00.000.000,20		Transferências Financeiras		00.001.000,73				
Recebidas (II)	2	11.089.180.119,66	10.564.878.778,66	Concedidas (VII)	2	11.089.180.119,66	10.564.878.778,66			
Para Execução Orçamentária		5.235.370.345,77	5.087.445.107,09	Para Execução Orçamentária		5.235.370.345,77	5.087.445.107,09			
Independentes de Execução Orçamentária		47.179.297,13	11.270.924,88	Independentes de Execução Orçamentária		47.179.297,13	11.270.924,88			
Para Aportes de Recursos para o RPPS		5.806.630.476,76	5.466.162.746,69	Para Aportes de Recursos para o RPPS		5.806.630.476,76	5.466.162.746,69			
Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-	Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3	35.304.360.037,68	31.440.609.656,15	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		31.671.158.547,39	29.180.111.959,71			
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4	5.326.874.995,59	3.525.789.932,10	Pagamentos Restos a Pagar Não Processados	4	2.405.123.538,30	1.705.479.484,46			
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4	472.833.703,96	248.009.212,70	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4	247.762.214,15	445.652.279,97			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.587.247.957,24	5.339.524.319,92	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.711.675.895,71	7.144.687.144,69			
Outros Recebimentos Extraorçamentários		21.917.403.380,89	22.327.286.191,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários		19.306.596.899,23	19.884.293.050,59			
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5	17.449.225.412,07	11.813.423.111,63	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5	22.828.300.116,29	17.401.478.734,64			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	13.275.967.091,03	8.060.575.421,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	6	18.147.065.361,81	13.228.220.413,60			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.076.211.520,09	3.716.992.421,98	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.600.790.566,72	4.076.211.520,09			
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		97.046.800,95	35.855.268,58	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		80.444.187,76	97.046.800,95			
Total (V) = (I+II+III+IV)		130.503.976.197,33	116.535.893.746,78	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)		130.503.976.197,33	116.535.893.746,78			

1.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

CONSOLIDADO GERAL Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2020

			em R\$
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	1	7.350.565.969,09	6.013.598.446,80
Ingressos Page 1600 Paginadas a Originários		109.001.599.330,43	95.908.405.541,28
Receitas Derivadas e Originárias Receita Tributária		45.017.698.898,05 35.352.922.853,57	42.349.677.532,75 33.809.275.098,71
Receita de Contribuições		5.169.624.183,50	4.981.611.550,44
Receita Patrimonial		2.459.402.477.89	1.152.842.944,52
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		454.257.360,63	251.629.577,53
Remuneração das Disponibilidades		27.832.102,93	61.173.150,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.553.659.919,53	2.093.145.211,01
Transferências Correntes Recebidas		29.982.893.613,44	26.914.683.103,69
Intergovernamentais		14.083.822.975,87	11.688.580.597,98
Da União		5.653.649.337,74	3.232.494.729,42
De Estados e Distrito Federal		8.430.173.638,13	8.456.085.868,56
De Municípios		-	-
Intragovernamentais		11.142.660.121,57	10.564.878.778,66
Outras Transferências Correntes Recebidas		4.756.410.516,00	4.661.223.727,05
Outros Ingressos Operacionais		34.001.006.818,94	26.644.044.904,84
Outros Ingressos Operacionais		34.001.006.818,94	26.644.044.904,84
Desembolsos Percenta		101.651.033.361,34	89.894.807.094,48
Pessoal e Demais Despesas		56.280.465.838,62	51.832.547.871,96
Legislativa Judiciária		832.570.608,11 208.070.689,58	793.924.656,67 215.305.221,44
Administração		208.070.689,58 909.817.455,42	737.212.708,37
Defesa Nacional		66.153.20	41.617,69
Segurança Pública		582.360.299,93	584.432.870,74
Relações Exteriores		262.148,08	126.883,41
Assistência Social		1.751.737.214,82	1.272.401.756,15
Previdência Social		13.525.005.615,42	12.797.464.976,46
Saúde		12.895.347.736,91	10.885.932.411,29
Trabalho		78.256.228,01	51.305.666,69
Educação		11.426.291.643,10	12.235.443.684,68
Cultura		754.031.188,45	694.524.850,36
Direitos da Cidadania		118.132.032,31	85.817.266,55
Urbanismo		4.628.874.521,64	4.074.363.197,58
Habitação		271.686.565,34	277.266.426,00
Saneamento		314.235.374,32	245.210.040,62
Gestão Ambiental		220.079.735,66	219.400.283,31
Agricultura		-	
Comércio e Serviços		216.399.353,68	5.562.969,29
Comunicações		182.281.195,95	127.848.758,44
Energia Transporte		5.192.097.547,77	4.764.907.350.20
Desporto e Lazer		148.997.231,91	162.464.475,66
Encargos Especiais		2.023.865.299,01	1.601.589.800,36
Juros e Encargos da Dívida		314.610.332,71	1.136.194.620,04
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		298.641.605.72	1.111.152.976,37
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		9.782.624,92	17.064.893,26
Outros Encargos da Dívida		6.186.102,07	7.976.750,41
Transferências Concedidas		11.089.180.119,66	10.564.878.778,66
Intragovernamentais		11.089.180.119,66	10.564.878.778,66
Outros Desembolsos Operacionais		33.966.777.070,35	26.361.185.823,82
Outros Desembolsos Operacionais		33.966.777.070,35	26.361.185.823,82
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	2	(2.919.816.193,50)	469.682.505,60
<u>Ingressos</u>		767.861.037,13	3.127.425.029,02
Alienação de Bens		50.295.488,01	30.282.356,19
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		20.501.527,73	22.998.566,48
Outros Ingressos de Investimento		697.064.021,39	3.074.144.106,35
<u>Desembolsos</u>		3.687.677.230,63	2.657.742.523,42
Aquisição de Ativo Não Circulante		2.219.179.428,31	1.762.304.484,64
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		4 400 407 000 77	-
Outros Desembolsos de Investimentos		1.468.497.802,32	895.438.038,78
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	3	440.348.495,19	(1.315.635.959,87)
Ingressos Operações de Crédito		1.981.937.198,96 510.196.840.17	890.075.313,54 201 110 102 02
Operações de Credito Transferências de Capital Recebidas		510.196.840,17 751.796.597,54	291.119.102,92 598.956.210,62
Outros Ingressos de Financiamentos		719.943.761,25	390.930.210,02
Desembolsos		1.541.588.703,77	2.205.711.273,41
Amortização/Refinanciamento da Dívida		733.248.212,67	2.205.711.273,41
Outros Desembolsos de Financiamentos		808.340.491,10	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	4	4.871.098.270,78	5.167.644.992,53
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		13.275.967.091,03	8.060.575.421,07
Caixa e Equivalente de Caixa Final		18.147.065.361,81	13.228.220.413,60

2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

2.1 Introdução

A Prefeitura de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Palácio do Anhangabaú, no endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela lei Municipal nº 17.253 de 26 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), incluindo os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos seguintes Órgãos:

Administração Direta		Administração Indireta					
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.				
Secretarias	21	Autarquia Hospitalar Municipal	1				
Fundos	17	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	1				
Subprefeituras	32	Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1				
Controladoria Geral do Município	1	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1				
Procuradoria Geral do Município	1	Fundo Municipal de Habitação	1				
Encargos Gerais	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1				
Poder Legislativo	Qtd.	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1				
Câmara Municipal de São Paulo	1	Hospital do Servidor Público Municipal	1				
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1				
Respectivos Fundos	2	Serviço Funerário do Município de São Paulo	1				
		São Paulo Urbanismo	1				
		São Paulo Turismo	1				
	Total de	89 órgãos					

A partir do exercício de 2020, as empresas municipais SPUrbanismo e SPTurismo foram incluídas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do Município de São Paulo, conforme Lei Orçamentária Anual 17.253/2019, tornando-se oficialmente empresas municipais dependentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto tem a pauta em alta prioridade. Por ora, os demonstrativos consolidados evidenciam a somatória das transações das entidades, seja com terceiros, seja entre entidades pertencentes à esfera municipal. Além de alterações no Sistema SOF para eliminação das transações recíprocas, existe a necessidade de alinhamento de processos, de forma a possibilitar a correlação dos registros nas entidades envolvidas nas operações intragovernamentais.

As demonstrações desta Nota Explicativa são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis se referem ao exercício financeiro de 2020, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis constantes nesta Nota Explicativa foram elaboradas de acordo com as orientações contidas na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

2.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações

No exercício de 2020 não houve qualquer operação de Cisão, Fusão, Incorporação ou de Liquidação envolvendo as empresas municipais dependentes e independentes. A relação destas empresas e respectivo percentual de participação acionária da PMSP estão demonstradas no quadro do cálculo da atualização de Investimentos Permanentes pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na Nota 10 - Investimentos do Balanço Patrimonial.

2.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades: O Caixa e Equivalentes de Caixa são mensurados ou avaliados pelo valor original e as aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Créditos e Obrigações: São mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são adicionados de atualização monetária, juros, multas e demais acréscimos previstos em normativos legais. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

c) Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação dos estoques é o custo médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes: As participações em empresas sobre as quais o Município tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as da competência 10/2020.

e) Imobilizado: De acordo com o artigo 11 do Decreto nº 53.484/2012 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 56.214/2015 e nº 59.822/2020, o valor do registro de bens móveis, superior a R\$ 326,61, será feito pelo valor de aquisição e, na sua falta, pelo valor justo, considerando para este último, o desgaste físico, pelo uso ou não, geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica. O anexo II da Portaria SF 262/2015 traz ainda uma tabela referencial, em porcentagem, para apuração do valor justo conforme o estado de conservação do bem.

<u>f) Vida Útil dos Bens Móveis</u>: O critério de vida útil adotado para os bens móveis da Prefeitura do Município de São Paulo registrados no sistema SBPM (Sistema de Bens Patrimoniais Móveis) é definido através da convergência do percentual de depreciação atribuído a cada grupo contábil, instituído no Anexo Único do Decreto 56.214/2015.

g) Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

h) Depreciação, Amortização e Exaustão: A Administração Pública Direta, Poder Executivo, começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens móveis, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida, com a publicação da Portaria SF nº 262/2015.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente à data do registro do bem no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM.

<u>i) Desvinculação das Receitas Municipais (DRM)</u>: Durante o exercício financeiro de 2020, o Município de São Paulo aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016 e Decreto Municipal nº 57.380 de 13 de outubro de 2016.

A Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 156, de 26 de agosto de 2020 e nº 11 de 22 de janeiro de 2021 que, posteriormente, foi alterada pela Portaria SF nº 29 de 16 de fevereiro de 2021. Tal alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando qual foi o montante exato de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Com isso, o montante de receitas inicialmente desvinculadas de R\$ 438,3 milhões foi ajustado para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021.

Em virtude da referida alteração, o superavit financeiro da fonte ordinária 00 - Tesouro Municipal apresenta-se com saldo de R\$ 8,2 milhões a maior e a fonte vinculada 05 - Outras Fontes com este mesmo montante a menor, sendo que as aberturas de crédito adicional por superavit financeiro em 2021 levarão em consideração estes valores corrigidos, conforme texto da Portaria SF n^{o} 29/2021:

Art. 4º As **aberturas de crédito adicional** por superávit financeiro durante o **exercício de 2021** levarão em consideração a **correção dos valores** de desvinculação da receita conforme esta Portaria.

Parágrafo Único. A correção do valor da desvinculação será **objeto de Nota Explicativa** no Balanço Municipal. (grifos nossos)

Em decorrência da pandemia Covid-19 foi editada a Lei Municipal nº 17.335/2020, que dispôs sobre autorização de medidas excepcionais de finanças públicas entre outras medidas em face da situação emergencial e estado de calamidade pública no âmbito do Município de

São Paulo e Decreto nº 59.373/2020 que autorizou a transferência à Conta Única do Tesouro Municipal do superavit financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2019, dos recursos de fundos e operações urbanas no montante de R\$ 158,7 milhões, conforme ata de reunião da Junta Orçamentária e Financeira em 08/05/2020. Estes valores serão devolvidos oportunamente à razão de 1/8 (um oitavo) por ano, a partir do ano seguinte à sua publicação.

2.4 Base de Preparação

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram realizados estudos, com o intuito de atender à referida Portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistemas, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. A seguir, apresentação do Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo:

PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMSP
 Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. 	Imediato	Imediato	Implementado
12.Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
 Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. 	31/12/2015	01/01/2016	Em implementação
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Em estudo
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Em estudo
7.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10.Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em estudo
 Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas. 	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Não iniciado
 Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. 	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

Item 1 - Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

Para a adoção do regime de competência no reconhecimento do Crédito Tributário, a Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Subsecretaria da Receita – SUREM, continua desenvolvendo o projeto BDM (Base de Dados dos Débitos Municipais), que contempla renovação dos sistemas de arrecadação tributária com início e implementação pelo IPTU, especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento das suspensões de exigibilidade, que se encontram atualmente em produção.

Em razão do projeto do Novo IPTU ter sofrido atraso, devido à alta complexidade de regras e integrações envolvidas, a construção do fluxo de informações que permitiria o registro contábil por competência permaneceu fora do escopo do grupo de trabalho, o que prejudicou o atendimento ao disposto na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. No entanto, foi iniciado Documento Visão da necessidade de negócios que contemplará estudos dos eventos tributários para o desenvolvimento do roteiro contábil para o registro do crédito do IPTU por competência.

Adicionalmente, iniciaram-se estudos para a construção do fluxo de informações para o registro contábil por competência relativos aos eventos que contemplam o Imposto Sobre Serviços (ISS), sem previsão de conclusão, em virtude da alta complexidade das regras do referido imposto.

Item 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Como medida de atendimento ao PCP nº 3, da Portaria STN nº 548/2015, afirmamos que este DECON vem, desde 2017, mapeando as receitas inerentes aos créditos não tributários bem como a origem das respectivas informações que se encontram difusas por toda estrutura da Prefeitura do Município de São Paulo, salientando que muitos créditos não possuem sistema de controle, sendo reconhecidos apenas quando da sua arrecadação, dificultando meios de automatização de contabilização do crédito, seu movimento e principalmente de sua baixa.

Em 2019, a Secretaria Municipal da Fazenda publicou a Portaria SF nº 107 de 30 de abril de 2019, que dispõe sobre os registros contábeis de receitas não tributárias. Cabe observar que os motivos pelos quais o registro dos referidos créditos continua em desacordo com as normas contábeis vigentes são: descentralização da gestão de valores a receber, administrados pelas diversas pastas municipais; ausência de integração entre os diversos sistemas utilizados para o controle dos créditos não tributários com o Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), administrado pela Secretaria da Fazenda; ausência de sistema, em alguns casos, sendo tais créditos controlados em planilha de Excel; escassez de contadores treinados nas unidades de origem para identificação e análise da documentação que suporta tais créditos e para a correta construção dos fluxos de informação.

Tendo em vista a descentralização do controle, a necessidade de envolvimento de diversas áreas no processo e a dificuldade de estabelecimento de rotina de envio de informações com qualidade para o setor contábil, a Divisão de Contabilidade (DICON) em conjunto com o Departamento de Contadoria (DECON) optaram por iniciar o desenvolvimento do fluxo de informações para as multas de trânsito, geridas pela Secretaria de Mobilidade e Transporte (SMT), por representarem os créditos não tributários de maior volume e relevância no contexto da Prefeitura.

Em 2018, foi contabilizado o montante de R\$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito, sendo lançados contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de se obter o detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e aos exercícios anteriores. No exercício de 2020, tal valor foi atualizado por diferença em 31/12/2020, atingindo aproximadamente R\$ 7,58 bilhões. Os trabalhos desenvolvidos para se obter o detalhamento necessário, de forma tempestiva e com confiabilidade das informações não foram concluídos, conforme observa-se no Processo SEI nº 6017.2018/0015290-5.

Item 6 - Evidenciação de Ativos e Passivos Contingentes em Contas de Controle e em Notas Explicativas.

O Sistema existente na PMSP para atender às demandas de registro e gestão de processos judiciais pela Procuradoria Geral do Município, denominado SIAJ - Sistema Integral de Ações Judiciais, atualmente não dispõe de funcionalidades que permitam o registro contábil de passivos contingentes, portanto foi sugerido pelo Departamento de Contadoria (DECON) da Secretaria Municipal da Fazenda, melhoria do Sistema que constam no Processo SEI nº 6017.2019/0043584-4 objetivando o atendimento da Portaria STN nº 548/2015.

Item 7 - Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da administração direta, Poder Executivo, são gerenciados pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio (CGPATRI) – unidade pertencente atualmente à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Está em fase de desenvolvimento o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, com base no já existente Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM. A primeira etapa, que implica na elaboração da tela cadastro dos imóveis, foi concluída no exercício de 2018. Atualmente, o sistema encontra-se em desenvolvimento para a segunda etapa do projeto que trata da geração de lançamentos contábeis decorrentes do reconhecimento dos imóveis de uso especial e dominicais da Prefeitura do Município de São Paulo, por não ter ocorrido a implantação no módulo de contabilidade para gerar os lançamentos contábeis, nem a integração dos registros com o SOF. Diante deste cenário, o reconhecimento inicial foi realizado manualmente no sistema SOF, com base nos dados de SUREM concatenados com os dados do GEOSAMPA, que resultou no registro de 1.684 bens imóveis, sendo eles bens de uso especial e dominical do Município de São Paulo. Com relação aos registros de depreciação ocorrerão de maneira retroativa tão logo o módulo seja entregue pela empresa contratada.

Também se encontra em análise a proposta de minuta de Decreto para normatizar as obrigações de cada área referente ao registro dos bens imóveis pertencentes ao Município – Poder Executivo no sistema SBPI.

Item 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)

A Prefeitura, TCM e CMSP reconhecem as obrigações decorrentes de benefícios a empregados por competência. As demais entidades, porém, ainda não adotaram tal procedimento.

Item 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência

Foi desenvolvido no sistema SOF uma funcionalidade para registro das despesas cujo fato gerador tenha ocorrido, independente da execução orçamentária. A sua operacionalização iniciou no segundo semestre de 2019 com os registros, pelas unidades orçamentárias, dos

passivos com despesas de exercícios anteriores que, por falta de cobertura orçamentária ou cancelamento de empenhos, não se encontravam registrados no sistema SOF. A plena implementação da funcionalidade para todas as movimentações orçamentárias depende de profundas alterações estruturais no sistema e nas rotinas das unidades orçamentárias. Portanto continuam em estudos e testes para a implementação da funcionalidade visando englobar as demais despesas, além das obrigações ocorridas em exercícios anteriores, com estimativa de previsão para funcionamento em produção para janeiro/2022.

As movimentações ocorridas no exercício de 2020 relativas aos registros das obrigações com fornecedores por competência, estão detalhadas na Nota Explicativa 15 – Fornecedores e Contas a Pagar (relacionadas às contas Fornecedores Não Parcelados a Pagar-P e Contas Não Parceladas a Pagar-P) e na Nota Explicativa 18 – Demais Obrigações (relacionadas às contas Indenizações e Restituições Diversas-P e Indenizações e Restituições - Doação de Órgãos-P. Os saldos contábeis relativos aos registros obrigações com fornecedores por competência, seguem abaixo:

				em R\$
Conta Contábil	Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019	Variação %
2.1.3.1.1.01.01.02.000.000.000.000.000	Fornecedores não Parcelados a Pagar (P)	422.913.980,72	275.177.126,09	53,7%
2.1.3.1.1.03.01.02.000.000.000.000.000	Contas Não Parceladas a pagar (P)	52.590.175,19	53.744.019,86	-2,1%
2.1.8.9.1.01.02.02.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições Diversas (P)	58.935.092,55	-	0,0%
2.1.8.9.2.01.06.00.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições - Doação de Órgãos (P)	18.253.231,31	-	0,0%
Total		552.692.479,77	328.921.145,95	68,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Item 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável

No dia 21/01/2021 foi decidido pelo Comitê de projetos da SF a aquisição de um novo sistema que irá gerenciar e controlar os bens móveis e intangíveis do Município de São Paulo, sendo assim, o SBPM não será mais customizado para atender a este registro. Atualmente encontra-se em elaboração Termo de Referência para subsidiar a licitação da aquisição do sistema.

Item 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.

Atualmente, estão registrados no grupo de Investimentos as Participações Permanentes segregadas em: i) participações avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) correspondente às empresas COHAB, PRODAM, SPDA, SP Parcerias, SPTurismo, SPSEC, SPUrbanismo, SP Cine, CET, SPTrans e SP Obras e ii) participações avaliadas pelo Método de Custo com destaque para a conta de "Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis". Maiores informações sobre o item encontram-se detalhadas na Nota Explicativa nº 10 – Investimentos, do Balanço Patrimonial.

2.5 Balanço Orçamentário

Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, com a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo, aprovado para o exercício de 2020, por meio da Lei Municipal nº 17.253, de 26 de dezembro de 2019, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 68,99 bilhões. O referido orçamento compreende o Orçamento Fiscal Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Nota 2 - Reestimativa da Receita

No exercício de 2020 ocorreram reestimativas de receitas correntes no montante de R\$ 0,89 bilhão, resultando em uma Previsão Atualizada da Receita Consolidada de R\$ 69,8 bilhões conforme demonstrado a seguir:

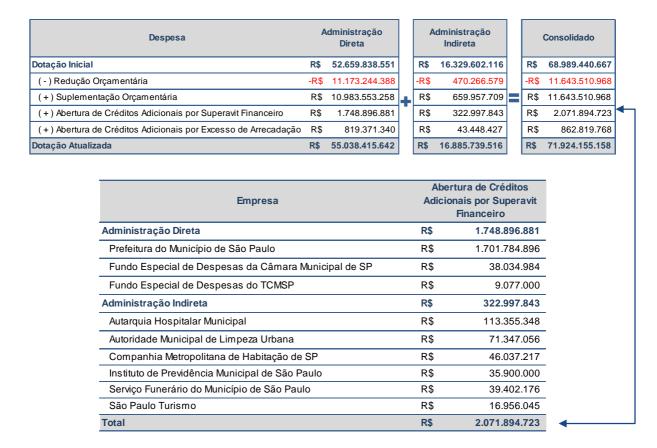
Previ		Reestimativas			Previsão		
Inicial		d	le Receita *			Atualizada	
Receitas Correntes	R\$ 63.212.370.738		R\$	882.716.567		R\$	64.095.087.305
Receitas de Capital	Receitas de Capital R\$ 5.710.926.465		R\$	2.353.965		R\$	5.713.280.430
Total	R\$ 68.923.297.203		R\$	885.070.533		R\$	69.808.367.736

As reestimativas de receitas ocorreram na empresa PMSP e referem-se às seguintes rubricas:

					em R\$
Mês	Categoria	Origem	Rubrica	Empresa	Valor da Atualização
03/2020	Capital	Operações de Crédito	Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT/BNDES	PMSP	2.316.189,59
05/2020	Corrente	Transf. Intraorçam.	PMSP - COVID-19 X FECAM	PMSP	38.619.038,73
00/2020	Corrente	Transf. Intraorçam.	PMSP - COVID-19 X FETCM	PMSP	8.355.000,00
	Corrente	Transf. Correntes	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo) - FMS	PMSP	(100.768.235,00)
	Corrente	Transf. Correntes	MAC Teto Financeiro - FMS	PMSP	(70.281.243,46)
	Corrente	Transf. Correntes	Transferências Fundo a Fundo - Combate ao COVID-19	PMSP	278.761.608,69
06/2020	Corrente	Transf. Correntes	Combate ao COVID-19	PMSP	1.434.458,12
00/2020	Corrente	Transf. Correntes	Outras Transferências da União Covid-19 - SUS e SUAS	PMSP	44.363.128,80
	Corrente	Transf. Correntes	FMAS	PMSP	65.627.852,00
	Corrente	Transf. Correntes	Proteção Social Básica/FMAS	PMSP	(22.692.924,00)
	Corrente	Transf. Correntes	Proteção Social Especial/FMAS	PMSP	(37.018.991,60)
	Corrente	Transf. Correntes	Transferências Fundo a Fundo - Combate ao COVID-19	PMSP	155.731.363,51
07/2020	Corrente	Transf. Correntes	Transferências de Recursos do FNAS - Covid-19 - FMAS	PMSP	16.066.545,00
	Corrente	Transf. Correntes	Outras Transferências da União Covid-19 - SUS e SUAS	PMSP	44.363.128,80
09/2020	Corrente	Transf. Correntes	Transferências Fundo a Fundo- Combate ao COVID-19	PMSP	166.031.363,50
	Corrente	Transf. Correntes	Transf. União -Lei Federal 14.017/2020 - Ações Emergenciais Setor Cultura	PMSP	66.471.030,03
10/2020	Capital	Transf. de Capital	Convênio SMDET X União	PMSP	37.775,80
	Corrente	Transf. Intraorçam.	PMSP - COVID-19 X CMSP	PMSP	2.148.880,27
	Corrente	Transf. Correntes	Transferências Fundo a Fundo- Combate ao COVID-19	PMSP	136.205.631,28
11/2020	Corrente	Transf. Correntes	Outras Transferências da União Covid 19 - SUS e SUAS	PMSP	88.655.893,29
	Corrente	Transf. Correntes	Doações não Identificadas - Cidade Solidária - Covid-19 - SMDU	PMSP	46.750,00
12/2020	Corrente	Transf. Correntes	Doações não Identificadas - Cidade Solidária - Covid-19 - SMDU	PMSP	596.289,48
Total				-	885.070.532,83

Nota 3 - Utilização do Superavit Financeiro

No exercício de 2020, observa-se a abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiro no montante de R\$ 2,07 bilhões, que representou um acréscimo de 4,3% nas dotações iniciais previstas na LOA. Segregando estes tipos de créditos por empresa, observa-se que a administração direta totalizou R\$ 1,7 bilhão e a indireta R\$ 0,3 bilhão, conforme demonstrado a seguir:



Nota 4 - Superavit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2020, as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 66,7 bilhões e as despesas empenhadas totalizaram R\$ 64,9 bilhões. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas resultou em um superavit orçamentário de R\$ 1,7 bilhão.

Analisando detalhadamente o resultado orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 12,0 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um resultado deficitário de R\$ 10,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

15.626.943.713,38 (10.225.227.245,61)

			em R\$
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2020
Receitas Realizadas	61.259.494.160,15	5.401.716.467,77	66.661.210.627,92
Receitas Correntes	58.545.028.739,11	5.366.383.652,72	63.911.412.391,83
Receitas de Capital	2.714.465.421,04	35.332.815,05	2.749.798.236,09
Despesas Empenhadas	49.288.393.700,61	15.626.943.713,38	64.915.337.413,99
Despesas Correntes	43.257.988.698,07	15.531.935.968,60	58.789.924.666,67
Despesas de Capital	6.030.405.002,54	95.007.744,78	6.125.412.747,32
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	11.971.100.459,54	(10.225.227.245,61)	1.745.873.213,93
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF		\	

			em R\$
Administração Indireta	Receitas Arrecadadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.707.371.164,09	10.572.115.708,49	(5.864.744.544,40)
Autoridade Mun. de Limp. Urbana	488.661,76	1.026.529.233,03	(1.026.040.571,27)
Autarquia Hospitalar Municipal	3.280.105,46	1.605.486.574,59	(1.602.206.469,13)
Hospital do Servidor Público Municipal	8.902.269,53	329.834.479,03	(320.932.209,50)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	142.677,11	117.402.422,34	(117.259.745,23)
São Paulo Turismo	226.193.400,19	238.415.096,65	(12.221.696,46)
São Paulo Urbanismo	24.690.074,72	33.918.532,28	(9.228.457,56)
Companhia Metropolitana de Habitação de SP	49.885.290,01	117.310.853,18	(67.425.563,17)
Fundo Municipal de Habitação	19.114.810,81	48.750.033,74	(29.635.222,93)
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	83.129,22	24.791.675,00	(24.708.545,78)
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	222.400.683,16	1.332.294.309,42	(1.109.893.626,26)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	139.164.201,71	180.094.795,63	(40.930.593,92)

5.401.716.467,77

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

(=) Superavit / Deficit Orçamentário

Nota 5 - Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Crédito

Na execução da despesa orçamentária do exercício de 2020, observa-se um acréscimo de R\$ 2,93 bilhões na comparação da Dotação Inicial da despesa fixada na LOA (R\$ 68,99 bilhões) com a Dotação Atualizada (R\$ 71,92 bilhões). Este acréscimo decorre do confronto da Redução X Suplementação Orçamentária no montante de R\$ 11,6 bilhões, da Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro no valor de R\$ 2,07 bilhões e da Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 0,9 bilhão.

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial			Redução Orçamentária				Suplementação Orçamentária *			Dotação Atualizada
Despesas Correntes	R\$	58.132.912.152		-R\$	7.224.500.319		R\$	10.254.282.814		R\$	61.162.694.647
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	27.334.598.556		-R\$	1.373.409.138		R\$	1.286.621.760		R\$	27.247.811.178
Juros e Encargos da Dívida	R\$	1.282.846.190		-R\$	806.937.652		R\$	-		R\$	475.908.538
Outras Despesas Correntes	R\$	29.515.467.406		-R\$	5.044.153.529		R\$	8.967.661.053		R\$	33.438.974.931
Despesas de Capital	R\$	10.856.527.515	_	-R\$	4.419.010.649	+	R\$	4.323.942.645	=	R\$	10.761.459.511
Investimentos	R\$	8.189.904.300		-R\$	2.792.399.167		R\$	3.700.831.645		R\$	9.098.336.778
Inversões Financeiras	R\$	92.937.083		-R\$	1.902.000		R\$	5.000.000		R\$	96.035.083
Amortização da Dívida	R\$	2.573.686.132		-R\$	1.624.709.482		R\$	618.111.000		R\$	1.567.087.650
Reserva de Contingência	R\$	1.000		R\$	-		R\$	-		R\$	1.000
Total	R\$	68.989.440.667		-R\$	11.643.510.968		R\$	14.578.225.459		R\$	71.924.155.158

^{*} Contempla os valores de R\$ 11.643.510.967,72 de Suplementação Orçamentária + R\$ 2.071.894.723,45 de Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro + R\$ 862.819.767,71 de Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

No detalhamento da execução por Grupo de Natureza da Despesa observa-se uma economia orçamentária de R\$ 7,01 bilhões, na comparação da Dotação Atualizada com as Despesas Empenhadas, representando um percentual de execução de 90,3%.

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	%de Execução
Despesas Correntes	R\$ 61.162.694.647	R\$	58.789.924.667	R\$ 2.372.769.980	96,1%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 27.247.811.178	R\$	26.384.709.675	R\$ 863.101.503	96,8%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 475.908.538	R\$	317.201.603	R\$ 158.706.935	66,7%
Outras Despesas Correntes	R\$ 33.438.974.931	R\$	32.088.013.389	R\$ 1.350.961.542	96,0%
Despesas de Capital	R\$ 10.761.459.511	R\$	6.125.412.747	R\$ 4.636.046.764	56,9%
Investimentos	R\$ 9.098.336.778	R\$	4.578.417.026	R\$ 4.519.919.752	50,3%
Inversões Financeiras	R\$ 96.035.083	R\$	5.317.276	R\$ 90.717.807	5,5%
Amortização da Dívida	R\$ 1.567.087.650	R\$	1.541.678.445	R\$ 25.409.205	98,4%
Reserva de Contingência	R\$ 1.000	R\$	-	R\$ 1.000	0,0%
Total	R\$ 71.924.155.158	R\$	64.915.337.414	R\$ 7.008.817.744	90,3%

Nota 6 - Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nos grupos - 7.0.0. Receitas Correntes e 8.0.0. Receitas de Capital. Em 2020, as Receitas Intraorçamentárias alcançaram o montante de R\$ 2,94 bilhões, onde as receitas correntes representaram 99,9% do total. Já as Receitas de Capital Intraorçamentárias totalizaram R\$ 2,1 milhões, representando somente 0,1% do total, conforme demonstração a seguir:

				em R\$
Receitas Intraorçamentárias	Orçada (I)	Realizada (II)	Saldo III = (II - I)	% Realizada S/ Total
Receitas Correntes Intra	3.097.999.807,00	2.936.573.202,54	(161.426.604,46)	99,9%
Receita Tributária	-	440.389,73	440.389,73	0,0%
Receita de Contribuições	2.825.336.655,00	2.615.839.338,88	(209.497.316,12)	89,0%
Receita Patrimonial	1.955.531,00	1.812.097,04	(143.433,96)	0,1%
Receita de Serviços	182.533.977,00	252.785.557,44	70.251.580,44	8,6%
Transferências Correntes	49.122.919,00	53.480.001,91	4.357.082,91	1,8%
Outras Receitas Correntes	39.050.725,00	12.215.817,54	(26.834.907,46)	0,4%
Receitas de Capital Intra	89.076.000,00	2.074.902,32	(87.001.097,68)	0,1%
Alienação de Bens	89.076.000,00	-	(89.076.000,00)	0,0%
Transferências de Capital	-	2.074.902,32	2.074.902,32	0,1%
Total	3.187.075.807,00	2.938.648.104,86	(248.427.702,14)	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As despesas intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e, no exercício de 2020, apresentaram um total empenhado de R\$ 3,1 bilhões, sendo que R\$ 3,0 bilhões (97%) se referem às despesas correntes e R\$ 94,3 milhões (3%) correspondem às despesas de capital. Deste total, foram liquidados e pagos em 2020 na modalidade intraorçamentária o montante de R\$ 2,9 bilhões, garantindo 99,9% o equilíbrio das operações intraorçamentárias.

						em R\$
Despesas Intraorçamentárias	Dotação Atualizada (1)	Empenhadas (II)	Liquidadas (III)	Pagas (IV)	Saldo da Dotação V = (I - II)	% Empenhada S/ Total
Despesas Correntes Intra	3.063.532.394,76	3.021.804.843,47	2.908.487.678,80	2.908.338.812,71	41.727.551,29	97,0%
Pessoal e Encargos Sociais	2.691.080.821,75	2.667.042.197,23	2.616.049.185,39	2.616.022.662,04	24.038.624,52	85,6%
Outras Despesas Correntes	372.451.573,01	354.762.646,24	292.438.493,41	292.316.150,67	17.688.926,77	11,4%
Despesas de Capital Intra	223.916.056,26	94.274.227,39	85.699.321,85	9.999.321,85	129.641.828,87	3,0%
Investimentos	223.916.056,26	94.274.227,39	85.699.321,85	9.999.321,85	129.641.828,87	3,0%
Total	3.287.448.451,02	3.116.079.070,86	2.994.187.000,65	2.918.338.134,56	171.369.380,16	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 7 - Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para o controle dos restos a pagar não processados liquidados, a Prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de "processados".

2.6 Balanço Patrimonial

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, no valor de R\$ 17,46 bilhões, representando 96,2% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF nº 87/2012.

Nota 2 - Créditos a Curto Prazo

São mensurados ou avaliados pelo valor original e a conta Clientes apresenta-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Curto Prazo aumentaram 7,5% em 2020, se comparado ao ano anterior e representam 10,3% do total do Ativo e 41,8% do total do Ativo Circulante. A composição dos créditos de curto prazo é demonstrada na tabela a seguir:

em R\$ Variação Créditos a Curto Prazo Exercício 2020 Exercício 2019 s/ Total Clientes 3 180.026.108,74 185.195.823,60 -2,8% 1,3% Créditos de Transferências a Receber 59.319.343,27 65.394.165,83 0,4% -9,3% Empréstimos e Financiamentos Concedidos 2.553.269,40 4.028.196,21 -36,6% 0,0% Dívida Ativa Tributária 602.122.939,28 390.606.475,40 54,2% 4,5% 0,2% Dívida Ativa Não Tributária 24.405.776,28 16.241.066,54 50,3% Adiantamentos Concedidos 1.892.885,33 73,6% 0,0% 3.285.131,49 Tributos a Recuperar/Compensar 30.065.386,62 10.713.841,85 180,6% 0,2% Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 4.600.790.566,72 4.076.211.520,09 12,9% 34,4% Créditos Previdenciários a Receber 76.157,95 6.730.931,18 -98,9% 0,0% Outros Créditos a Receber 7.874.276.951.91 7.691.105.276.32 2.4% 58,9% 12.448.120.182,35 **Total** 13.376.921.631,66 7,5% 100,0%

^{*} Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo) Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

<u>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:</u> o grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que representa aproximadamente 34,4% dos créditos a receber, tem a seguinte composição:

I – Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015;

II – Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, através das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP.

Pelo regime especial, os entes que se encontravam em mora na quitação de precatórios vencidos na data da Emenda Complementar nº 62/2009, devem centralizar os pagamentos dos precatórios nos Tribunais de Justiça locais.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo: o grupo Outros Créditos a Receber representa 58,9% do total de créditos a receber a curto prazo e corresponde, em sua maioria, a créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, especificamente multas por infração de trânsito, controladas pelo sistema APAIT (Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito) e gerenciadas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

em R\$ Variação **Outros Créditos a Receber a Curto Prazo** Exercício 2020 Exercício 2019 % s/Total Débitos de Servidores Municipais 129.270.636,76 171.867.656,37 -24,78% 1,64% 1,39% 90.748.388,66 Débitos Pagos a Regularizar 109.388.338.43 20.54% 57.772.410,05 49.073.461,23 17,73% 0,73% Demais Créditos a Receber Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais 7.577.845.566,67 7.379.415.770,06 2,69% 96,24% 7.874.276.951,91 7.691.105.276,32 2,38% 100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quanto à variação na conta Débitos de Servidores Municipais, houve lançamento referente desincorporação no valor de R\$ 42,63 milhões para regularização por motivo de cancelamentos e Inscrições na Dívida Ativa, no período de 2016 a 2019 e atendimento ao item 4.17 TC/012258/2020, 6017.2020/0052763-5 documento 036151295, conforme saldo de 31 de dezembro de 2020 demonstrado em relatório Controle de Débitos expedido pela Secretaria Executiva de Gestão-SEGES, extraído de sistema de Folha- SIGPEC.

<u>Clientes:</u> este grupo apresenta o montante de R\$ 180,03 milhões e representa 1,3% do total dos créditos a receber, o qual corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 8,39 milhões, referente ao ajuste para perdas.

<u>Créditos de Transferências a Receber:</u> neste grupo foram registrados recursos do tesouro municipal utilizados, a título de adiantamento, para o pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a expectativa de serem ressarcidos pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

No exercício de 2020 a prefeitura adiantou R\$ 72,9 milhões e recebeu a título de ressarcimento R\$ 78,9 milhões.

					em R\$
Empreendimentos¹ - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Saldo em 2019	Adiantamento	Ressarcimento	Baixa	Saldo em 2020
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	30.430.129,22	-	-	-	30.430.129,22
Córrego Aricanduva	-	21.352.505,32	-	-	21.352.505,32
Córrego Paciência	-	23.424.408,94	(15.887.700,21)	-	7.536.708,73
Córrego Ipiranga	34.168.709,02	28.129.237,60	(62.297.946,62)	-	-
Leste Itaquera Trecho-1	795.327,59	-	(795.327,59)	-	-
Total	65.394.165,83	72.906.151,86	(78.980.974,42)		59.319.343,27

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio do Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromissos são firmados entre o Governo Federal e o Município.

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 3 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O montante deste grupo é de R\$ 80,44 milhões e representa 0,3% do total do Ativo Circulante. Nele estão registrados os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com recursos previdenciários em Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro.

Nota 4 - Estoques

Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo de Estoques em 2020 é de R\$ 389,11 milhões e representa 1,2% total do Ativo Circulante. O grupo Estoques é dividido em mercadorias para revenda e almoxarifado, sendo que Mercadorias para Revenda representa 0,9% do total dos Estoques e corresponde a produtos funerários destinados à revenda. O restante de Estoques corresponde a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com um saldo de R\$ 385,62 milhões, equivalente a 99,1% do total do grupo, com destaque para a conta medicamentos e materiais hospitalares (60,1%) e materiais a classificar (24,6%).

Nota 5 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo. O montante deste grupo é de R\$ 1,87 milhão e representa menos de 1% do total do Ativo Circulante. No comparativo 2019-2020, houve variação positiva de 132,6% neste grupo, devido ao saldo de tributos a recuperar da empresa SPTuris que, neste exercício, tornou-se empresa dependente e participa do OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) do Município.

Nota 6 - Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo e são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Longo Prazo aumentaram 10,2% em 2020, se comparado ao ano anterior, e representam 48,4% do total do Ativo e 64,1% do total do Ativo Não Circulante. A composição dos créditos de longo prazo é demonstrada na tabela a seguir:

em R\$ Variação Créditos a Longo Prazo Exercício 2020 Exercício 2019 % s/Total Clientes 132.735.815,77 135.966.227,55 -2,4% 0,2% 52.663.266,63 Empréstimos e Financiamentos Concedidos * 53.684.731,45 1,9% 0,1% 78,9% Dívida Ativa Tributária ' 49.646.101.870,30 44.292.817.603,58 12,1% 10.767.145.296,65 17,1% Dívida Ativa Não Tributária * 10.690.642.638,61 0.7% Demais Créditos e Valores a Longo Prazo 1.913.029.046,69 1.860.509.373,26 2,8% 3,0% Créditos Previdenciários do RPPS 0,0% 10.402.286,38 9.759.360,17 6,6% Créditos a Longo Prazo Intra OFSS 428.804.520,40 58.348.742,70 634,9% 0,7% 62.951.903.567,64 57.100.707.212,50 10,2% 100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

<u>Dívida Ativa:</u> os grupos Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 78,9% e 17,1% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem a 96% do total de créditos a receber a longo prazo.

Desde 2018, a Prefeitura vem adotando nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2017, decorreu da busca contínua pela real mensuração da expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

^{*} Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago. Objetivando reduzir o viés que pode afetar a qualidade dos parâmetros estimados, foi adotada uma amostra com inscrições no período de 1996 a 2005, inclusive. Nessa amostra temos todas as inscrições que pertenceram ao período 1996 a 2005, pagas e ativas. Com base no comportamento das inscrições pagas frente às que continuam ativas, o MRL encontra padrões nas características dessas inscrições refletindo esse resultado nos parâmetros estimados. Após a estimação dos parâmetros, aplica-se ao universo de inscrições não-pagas (ativas) os valores estimados considerando as características estudadas de cada uma. A amostra foi estratificada em três tipos de créditos: ISS, IPTU e OUTROS. Para cada tipo de crédito foi criado um MRL específico, gerando parâmetros próprios e que são também aplicados especificamente para as inscrições ativas considerando os três estratos.

Na tabela abaixo, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2019 e 2020:

em	R\$

Dívida Ativa	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação	%s/Total
Tributária	49.646.101.870,30	44.292.817.603,58	12,1%	82,2%
Dívida Ativa Bruta	126.283.591.429,41	115.033.365.725,57	9,8%	209,0%
(-) Ajuste de Perdas	(76.637.489.559,11)	(70.740.548.121,99)	8,3%	-126,9%
Não Tributária	10.767.145.296,65	10.690.642.638,61	0,7%	17,8%
Dívida Ativa Bruta	14.559.004.710,70	14.974.235.706,53	-2,8%	24,1%
(-) Ajuste de Perdas	(3.791.859.414,05)	(4.283.593.067,92)	-11,5%	-6,3%
Total da Dívida Ativa Líquida	60.413.247.166,95	54.983.460.242,19	9,9%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 7 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2020 de R\$ 65,9 mil.

Nota 8 - Estoques a Longo Prazo

O saldo de R\$ 25,29 milhões apresentado em 2020 equivale a 0,03% do Ativo Não Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB. No comparativo 2019-2020, houve diminuição no saldo da conta, correspondente a

91,2%, devido à realização da reversão de reavaliação de terrenos, ocorrida em 2003 e 2006 na empresa COHAB, conforme Processo SEI nº 7610.2010/0003554-0.

Nota 9 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente a Longo Prazo

Representa os repasses de contribuição patronal ao Regime de Previdência Complementar (RPC) à PREVCOM, através do convênio de adesão ao plano de benefícios SP Previdência (CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 2019.003856) aprovado em 02/01/2020, tendo como participes: Administração Direta do Município de São Paulo e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo –SP/PREVCOM.

Nota 10 - Investimentos

Os Investimentos tiveram variação positiva de 3,5% em 2020, se comparado ao ano anterior e representam 6,6% do total do Ativo e 8,8% do total do Ativo Não Circulante.

em R\$ Variação % Investimentos Exercício 2020 Exercício 2019 % s/ Total Participações Permanentes 2.509.714.158.93 2.628.829.828,13 -4,5% 29,2% Propriedades para Investimento 532.264.522,60 125.909.415,55 322,7% 6.2% Investimentos do RPPS de Longo Prazo 86.026.000,00 86.026.000,00 0,0% 1,0% Demais Investimentos Permanentes 5.464.895.200,03 5.464.890.315,22 0,0% 63,6% Total 8.592.899.881,56 8.305.655.558,90 3,5% 100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

<u>Participações Permanentes</u>: compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas, estão segregadas em Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é por relação de dependência, ou seja, as empresas serem dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, as empresas COHAB, SPTurismo e SPUrbanismo são consideradas Empresas Públicas Dependentes. A SPUrbanismo e a SPTurismo, em decorrência de preceitos legais, no exercício de 2020, passaram a compor o orçamento fiscal do Município de São Paulo.

O critério para realização do MEP do exercício de 2020 consistiu na utilização dos Balancetes das empresas controladas referentes a outubro de 2020, excluído o AFAC do PL das empresas

e não incluindo estes como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial competência dezembro de 2020 das empresas investidas.

Conforme MCASP 8ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET, SPTrans e SP Obras as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2020:

										em R\$
	Empresa Investida	Posição em 31/12/2019 sem AFAC	Porcentagem Capital	Patrimônio Líquido (c) sem AFAC	Cálculo MEP 2020 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2020	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercicio Anterior	Saldo Final
	COHAB	773.296.562	99,999998%	611.553.304	611.553.291	-	99.792.751	-	(261.536.022)	611.553.291
	PRODAM	182.775.733	99,999982%	207.430.271	207.430.234	-	14.246.828	-	10.407.673	207.430.234
	SPDA	266.717.269	99,999998%	286.163.034	286.163.027	-	15.978.584	-	3.467.175	286.163.027
MEP -	SP PARCERIAS	9.248.132	99,999995%	9.529.895	9.529.894	-	1.647.527	-	(1.365.764)	9.529.894
Empresas com PL	SP TURIS	(3.903.073)	96,736313%	10.804.589	10.451.961	29.420.005	(16.846.537)	-	1.781.566	10.451.961
positivo	SP SEC	64.362	77,802198%	29.898	23.261	-	(34.948)	-	(6.153)	23.261
	SP URBANISMO	194.644.367	99,531261%	228.840.657	227.767.992	-	(1.467.911)	-	34.591.536	227.767.992
	SPCINE	9.049.720	100,000000%	4.751.169	4.751.169	-	(3.975.624)	-	(322.927)	4.751.169
	Total	1.431.893.071		1.359.102.816	1.357.670.830	29.420.005	109.340.670	-	(212.982.916)	1.357.670.830
MEP -	CET	(104.123.497)	99,999997%	(155.823.956)	(155.823.952)	-	51.999.235	-	(103.699.689)	(155.823.952)
Empresas	SP TRANS	(133.458.466)	99,965521%	(20.453.102)	(20.446.050)	7.164.946	5.836.279	-	100.011.190	(20.446.050)
com PL	SP OBRAS	9.871.909	99,113936%	(6.707.546)	(6.648.113)	-	(15.993.894)	(13.929.001)	13.402.873	(6.648.113)
negativo	Total	(227.710.054)		(182.984.604)	(182.918.114)	7.164.946	41.841.621	(13.929.001)	9.714.374	(182.918.114)
	Fonte: Sistema de O	rcamento e Financa	s _ SOF							

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 1,36 bilhão (considerando o saldo final de 2019, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2019 e movimentações como Distribuição de Dividendos e Investimentos), no comparativo com o saldo final de 2019 (R\$ 1,43 bilhão) observa-se que houve decréscimo de R\$ 74,22 milhões, equivalente a 5,18% do saldo inicial (2019) em investimentos, parte devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida COHAB que sofreu redução de R\$ 161 milhões, contribuindo para o decréscimo do investimento na investidora.

Os PL negativos das empresas CET, SPTrans e SPObras constituem Provisão no Passivo da Prefeitura e, no exercício de 2020, apresentou o montante de R\$ 182,92 milhões:

- I CET no valor de R\$ 155,82 milhões (diminuição do investimento em R\$ 51,7 milhões em relação a 2019 ajustado);
- II SPTrans no valor de R\$ 20,45 milhões (aumento do investimento em R\$ 113 milhões em relação a 2019 ajustado);
- III SPObras no valor de R\$ 6,65 milhões (diminuição do investimento em R\$ 16,5 milhões em relação a 2019 ajustado.

Em 2020 houve integralização de capital na SPTuris no montante de R\$ 29,4 milhões e na SpTrans no montante de R\$ 7,2 milhões, bem como adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 2,2 milhões na SPTrans e de R\$ 3,1 milhões na SPCine.

					em R\$
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2019	Valor	Valor	Ajuste	Saldo em 2020
Adiantamento para Futuro Admento de Capital	Saluo elli 2019	Adiantado	Integralizado	Contábil	Saldo em 2020
São Paulo Turismo S/A	29.420.005,02	-	29.420.005,02	-	- 0,00
São Paulo Transporte S/A	9.227.331,24	2.217.276,00	7.164.946	-	4.279.661,24
SP - Urbanismo	50.549.735,14	-	-	-	50.549.735,14
SP Cine	-	3.100.000,00	-	-	3.100.000,00
Sub-Total	89.197.071,40	5.317.276,00	36.584.951,02	-	57.929.396,38
Cia. SP Desenv. Mobilização de Ativos - SPDA	22.824.520,10	-	-	-	22.824.520,10
Total	112.021.591,50	5.317.276,00	36.584.951,02	-	80.753.916,48

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2020 e representam 42,6% das participações permanentes.

• Propriedades para Investimento: Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, e imóveis de uso não administrativo e terrenos da empresa SPUrbanismo correspondendo a um montante de R\$ 125,9 milhões em 2019 para R\$ 532,2 milhões em 2020. A variação em grande parte, refere-se aos imóveis da empresa SPUrbanismo que, a partir de 2020 passou a compor o Balanço Patrimonial Consolidado do Município de São Paulo.

- Investimentos do RPPS de Longo Prazo: Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um saldo em 2020 no valor de R\$ 86,6 milhões referentes a imóveis recebidos do INSS em dação em pagamento. Não houve movimentações nesta conta, permanecendo em 2020 o mesmo saldo final de 2019.
- **Demais Investimentos Permanentes**: Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

No Município, o grupo Demais Investimentos Permanentes é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o CEPAC¹ (Certificado de Potencial Adicional de Construção) são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

No caso desta municipalidade, os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SPUrbanismo, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução nº 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Atualmente, encontram-se em estoque 836.760 títulos avaliados a um valor mínimo de R\$ 6.531,01 por título, totalizando o montante de R\$ 5.464.886.486 no Ativo Não Circulante da PMSP. Não houve alienação do CEPAC em 2020.

_

¹ Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

							em R\$
CEDAC Operaçãos Urbanes	es Urbanas Saldo em 2019 Alien	Alienação	Saldo em 2020	Qtde em	Valor Mínimo	Variação	%
CEPAC - Operações Urbanas		Allenação	Saldo elli 2020	Estoque	Unitário	%	s/ Total
Água Branca	3.510.117.000,00	-	3.510.117.000,00	537.454	6.531,01	-	64%
Faria Lima	1.494.530.204,36	-	1.494.530.204,36	228.836	6.531,01	0,0%	27,3%
Água Espraiada	460.239.282,00	-	460.239.282,00	70.470	6.531,01	0,0%	8,4%
Total	5.464.886.486,36	-	5.464.886.486,36	836.759,78		0,0%	100,0%

Nota 11 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quando os elementos do Ativo Imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 31/12/2020, o Município apresentou um saldo de R\$ 26,6 bilhões relacionado a imobilizado, representando 27,1% do Ativo Não Circulante, sendo 94,7% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis.

Bens Móveis: Os Bens Móveis do Município em 31/12/2020 totalizavam R\$ 1,42 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

				em R\$
Composição Bens Móveis	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %	%s/Total
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	187.569.435,94	137.893.802,04	36,0%	13,2%
Bens de Informática	268.613.019,23	192.093.330,45	39,8%	18,9%
Móveis e Utensílios	222.106.051,22	189.714.152,90	17,1%	15,7%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	61.071.053,12	48.762.089,98	25,2%	4,3%
Veículos	66.049.417,74	37.876.936,82	74,4%	4,7%
Peças e Conjuntos de Reposição	4.664.109,85	4.780.759,43	-2,4%	0,3%
Armamentos	5.293.883,28	2.522.994,35	109,8%	0,4%
Semoventes	24.300,00	20.685,00	17,5%	0,0%
Demais Bens Móveis	602.711.386,12	1.007.064.487,81	-40,2%	42,5%
Total	1.418.102.656,50	1.620.729.238,78	-12,5%	100,0%

Os valores apresentados estão deduzidos da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O grupo Demais Bens Móveis é composto em sua maioria (42,5%) pela conta contábil Bens Móveis SBPM, que são bens móveis adquiridos entre os anos de 2002 a 2015, registrados no Sistema SBPM, os quais em 2019 estavam pendentes de classificação detalhada do bem móvel e, consequentemente, com necessidades de reavaliação a valor justo. No comparativo 2019-2020 houve uma redução de 40,2%, (R\$ 404,35 milhões), sendo 61,9% deste valor classificado corretamente nas demais classes dos bens móveis e 39% baixados por motivos diversos (obsolescência, extravio, furto, doação).

A Portaria SF nº 262 de 02/12/2015 estabeleceu procedimentos relativos ao registro e controle dos bens móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos à depreciação.

Algumas unidades utilizavam de maneira equivocada e até mesmo incorreta a depreciação, isto estava gerando inconsistência nas conciliações da conta de depreciação. Por esta razão, a partir de setembro de 2020, todos os bens passaram a ter o mesmo perfil de depreciação estabelecido no Anexo Único do Decreto nº 56.214/2015. Além desta providência foi publicado o Decreto 59.822 de 06 de outubro de 2020, com o objetivo de esclarecer e pontuar todos os requisitos e características de reconhecimento dos bens móveis passíveis de controle no sistema SBPM.

Bens Imóveis – Os Bens Imóveis do Município em 31/12/2020 totalizavam R\$ 25,18 bilhões. Destacam-se os Bens Imóveis de Uso Especial e os Bens Dominicais no montante de R\$ 25,1 bilhões que representam 94,1% do total do Imobilizado, conforme demonstrados na tabela abaixo:

					em R\$
Conta	Saldo em 2019	Ajustes/ Reclassificações	Alienação	Transferências	Saldo em 2020
Bens de Uso Especial	11.307.562.450,97	3.654.429.694,38	-	-	14.961.992.145,35
Bens Dominicais	8.324.581.262,39	1.732.730.970,48	(3.148.264,87)	-	10.054.163.968,00
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-	-	-
Total	19.632.143.713,36	5.387.160.664,86	(3.148.264,87)	-	25.016.156.113,35

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os ajustes e reclassificações foram realizados, na PMSP, devido ao reconhecimento de R\$ 13,99 bilhões em Bens de Uso Especial e R\$ 10,05 bilhões em Bens Dominicais e a baixa de R\$ 10,62 bilhões em Bens de Uso Especial e R\$ 8,32 bilhões em Bens Dominicais, conforme Processo SEI nº 6017.2020/0055609-0. Em decorrência ao atendimento a Portaria STN nº 548/2015 o reconhecimento dos bens imóveis municipais ocorreram com data de 31/12/2020. Além disso, houve o reconhecimento de R\$ 0,28 bilhão em Bens de Uso Especial, referentes às empresas SPTurismo e SPUrbanismo.

O critério adotado para valorização dos bens foi a base fiscal de SUREM, em função dos dados serem atualizados anualmente com parâmetros de bases confiáveis, por não ter ocorrido a implantação no módulo de contabilidade para gerar os lançamentos contábeis, nem a integração dos registros com o SOF. Diante deste cenário, o reconhecimento inicial foi realizado manualmente no sistema SOF, com base nos dados de SUREM concatenados com os dados do GEOSAMPA, que resultou no registro de 1.684 bens imóveis, sendo eles bens de uso especial e dominical do Município de São Paulo.

Os bens de uso comum não foram contemplados neste reconhecimento inicial, porém o prazo dado pela STN ainda não expirou. Encontra-se em tramitação Processo SEI nº 6017.2020/0028041-9 com a minuta de proposta de instituição de um sistema como sistema único do Município para controle e gerenciamento dos bens imóveis.

A alienações de bens imóveis ocorridas em 2020, que não possuíam registro contábil, ou se possuíam, não estavam atualizados, foram registradas ou atualizadas com base nos dados fiscais de SUREM, utilizando como critério o valor do laudo realizado por perito contratado ou, na sua ausência, o VVR - Valor Venal de Referência.

Nota 12 - Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Em 31/12/2020, o Município apresentou um saldo de R\$ 16,58 milhões relacionados à intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2020:

				em R\$
Intangível	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %	%s/ Total
Softwares	86.118.799,95	81.845.457,42	5,2%	519,5%
(-) Amortização Sotwares	(69.643.161)	(56.274.413)	23,8%	-420,1%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	102.704,50	239,50	42782,9%	0,6%
Total	16.578.343,77	25.571.284,16	-35,2%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamemto e Finanças - SOF

No comparativo 2019-2020, houve aumento significativo na conta Marcas e Patentes Industriais, devido aos saldos de Outros Direitos (Bens Intangíveis) no valor de R\$ 102,46 mil da empresa SPTuris que, em 2020, foi incorporado ao Balanço consolidado do Município. Atualmente na PMSP (Administração Direta - Poder Executivo) estão registrados os valores de Marcas e Patentes de Registro do Diário Oficial e encontra-se em desenvolvimento termo de referência destinada à licitação para aquisição de um novo sistema objetivando o aperfeiçoamento da rotina gerencial e contábil do registro de bens móveis, assim como o reconhecimento, mensuração e amortização dos bens intangíveis.

Os valores mais expressivos de *softwares* estão registrados na Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Poder Legislativo), totalizando um valor líquido de R\$ 15,07 milhões (91,4%).

Nota 13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de curto prazo apresentaram um aumento de 32,4% em comparação com o exercício de 2019. Já as de longo prazo apresentaram uma diminuição de 1,7% no comparativo de 2019 a 2020. Segue detalhamento do grupo no exercício de 2020:

				em R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Pessoal a Pagar	1.720.467.251,88	13.006.929.019,04	14.727.396.270,92	91,3%
Férias e 13º Salário	49.772.063,06	-	49.772.063,06	0,3%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	9.809.390,68	-	9.809.390,68	0,1%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	1.658.295.478,10	13.006.702.659,93	14.664.998.138,03	90,9%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	2.590.320,04	226.359,11	2.816.679,15	0,0%
Benefícios Previdênciários	700.889,65	1.280.035.094,63	1.280.735.984,28	7,9%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	700.889,65	-	700.889,65	0,0%
Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	-	-	-	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	-	-	-	0,0%
Precatórios de Benef. Prev Regime Especial	-	1.280.035.094,63	1.280.035.094,63	7,9%
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.868.686,15	-	1.868.686,15	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	20.443.872,86	94.196.496,65	114.640.369,51	0,7%
RGPS	16.301.096,01	46.061.686,21	62.362.782,22	0,4%
RPPS	2.993.899,52	-	2.993.899,52	0,0%
Demais Encargos	1.148.877,33	48.134.810,44	49.283.687,77	0,3%
Total	1.743.480.700,54	14.381.160.610,32	16.124.641.310,86	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Neste grupo de contas, destacam-se os valores referentes a Precatórios, segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais correspondem à participação de 10,3% no curto prazo e 80,7% no longo prazo, sendo estes responsáveis pelas maiores variações ocorridas no grupo.

Nota 14 - Empréstimos e Financiamentos

No comparativo 2019-2020, os Empréstimos e Financiamentos de curto prazo apresentaram uma diminuição de 1,7%, porém no longo prazo houve um aumento de 3,8%.

Observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam quase a totalidade do grupo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo e, detalhando os contratos, verifica-se que os empréstimos com a União representam 95,9% do total, conforme quadro a seguir:

				em F
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
INTERNA	2.143.743.286,11	25.531.085.893,29	27.674.829.179,40	98,3%
Intra OFSS	48.300.000,00	381.731.511,21	430.031.511,21	1,5%
Precatórios em Regime Especial à restituir PMSP	48.300.000,00	381.731.511,21	430.031.511,21	1,5%
União	1.963.954.565,00	24.443.032.078,24	26.406.986.643,24	93,8%
DMLP - Lei 12.671/98	=	70.148.704,94	70.148.704,94	0,2%
Lei Fed. 8.727/93 - COHAB/PMSP	31.369.257,50	334.013.060,79	365.382.318,29	1,3%
Refinanciamento MP 2.185-35/2001	1.932.585.307,50	24.038.870.312,51	25.971.455.620,01	92,3%
Caixa Econômica Federal	8.554.418,12	101.150.487,75	109.704.905,87	0,4%
PNAFM Segunda Fase	3.593.029,94	68.248.319,66	71.841.349,60	0,3%
PNAFM 2ª Fase - 2ª Etapa	4.938.010,00	32.124.239,25	37.062.249,25	0,1%
Prog. Saneamento Drenagem Lei nº 16.757/2017	23.378,18	777.928,84	801.307,02	0,0%
BNDES	20.505.731,63	24.886.101,68	45.391.833,31	0,2%
PMAT - II	20.505.731,63	24.886.101,68	45.391.833,31	0,2%
Itaú Unibanco	71.428.571,40	422.619.047,65	494.047.619,05	1,8%
Programa Asfalto Novo II - Lei 16.757/2017	71.428.571,40	422.619.047,65	494.047.619,05	1,8%
Santander	30.999.999,96	157.666.666,76	188.666.666,72	0,7%
Programa Asfalto Novo - Lei 16.757/2017	6.000.000,00	16.000.000,00	22.000.000,00	0,1%
Programa Hab Casa da Família - Lei 16.757/2017	24.999.999,96	141.666.666,76	166.666.666,72	0,6%
EXTERNA	82.023.150,00	389.496.745,71	471.519.895,71	1,7%
BID	82.023.150,00	389.496.745,71	471.519.895,71	1,7%
849/OC-BR PROCAV II - BID II	=	-	=	0,0%
938/OC-BR PROVER/CINGAPURA - BID III	52.739.705,38	-	52.739.705,38	0,2%
1479/OC-BR PROCENTRO - BID IV	29.283.444,62	219.625.835,00	248.909.279,62	0,9%
BID V - Avança Saúde SP - Lei 16.757/2017	-	169.870.910,71	169.870.910,71	0,6%
Total	2.225.766.436,11	25.920.582.639,00	28.146.349.075,11	100,0%

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº 12.671/1998);
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna são atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, URTJLP, UMIPCA e UMSELIC, TR, IGP-M, IGP-DI, CDI, TJLP, IPCA e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.

Nota 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2020, os Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo apresentaram uma diminuição de 32,0% em relação ao ano anterior, enquanto os de longo prazo houve um aumento de 17,7%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade no grupo de curto e longo prazo, equivalente a 74,7% na totalidade conforme tabela abaixo:

em R\$ Longo Prazo Fornecedores e Contas a Pagar **Curto Prazo** Total %s/Total 794.215.731,62 794.215.731,62 Fornecedores Nacionais 19,8% Contas a Pagar - Credores Nacionais 143.347.975,84 143.347.975,84 3,6% Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais 387.394.076,83 2.605.681.650,20 2.993.075.727,03 74,7% Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat. 1.236.102,76 1.236.102,76 0,0% Fornecedores Nacionais-INTRA OFSS 75.817.478,84 75.817.478,84 1,9% 1.402.011.365,89 2.605.681.650,20 4.007.693.016,09 98,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No curto prazo, as principais variações ocorridas (diminuição de 32,0%) decorreram de transferência do passivo financeiro correspondente aos depósitos em contas especiais para as contas 2.1.8.8.1.08 – Precatórios Conta Especial (contidas no grupo Demais Obrigações), introduzidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-PCASP 2020.

No Longo Prazo, as principais variações (aumento de 17,7%) ocorridas no longo prazo decorreram de readequação de saldo de 2019 de valores das contas 2.2.3.1.1.06 Precatórios de Contas a Pagar em Regime Especial em que as baixas e depósitos ocorreram por estimativa, devidamente reavaliada em 2020, e por consequente transferências das contas 2.2.1.1.1.03 – Precatórios de Pessoal Regime Especial.

Em 2019 teve início o registro das obrigações por competência em atendimento ao PIPCP n^{ϱ} 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, independente de estas obrigações terem passado pelo estágio da execução orçamentária por diversos motivos. As contas relacionadas ao registro dos referidos passivos estão detalhadas a seguir:

Em 2020, a conta **Fornecedores Não Parcelados a Pagar (P- atributo permanente)** no curto prazo totalizou R\$ 422,9 milhões e houve a movimentação de R\$ 147,7 milhões (credor), compostos por:

- R\$ 2,13 milhões (credor) que teve como contrapartida a classificação em materiais de consumo a classificar, na PMSP;
- R\$ 49,69 milhões (devedor) que foram baixados contra a conta fornecedores a pagar
 (F -atributo financeiro) pela execução orçamentária destas obrigações, na PMSP;
- R\$ 119,52 milhões (credor) que teve como contrapartida a classificação em AJEA (Ajustes de Exercícios Anteriores), que se referem a despesas de exercícios anteriores, na PMSP;

 R\$ 75,8 milhões (credor) este saldo reflete a movimentação ocorrida na empresa AHM, cujas entradas tiveram como contrapartida a conta de materiais de consumo a classificar e AJEA (Ajustes de Exercícios Anteriores).

Em 2020, as **Contas Não Parceladas a Pagar (P- atributo Permanente)** no curto prazo totalizou R\$ 52,6 milhões e houve a movimentação de R\$ 1,15 milhões (devedor), com destaque para:

- R\$ 348,47 milhões (devedor) que foram baixados contra contas a pagar (F- atributo financeiro) pela execução orçamentária destas obrigações, na PMSP;
- R\$ 21,53 milhões (credor) que teve como contrapartida a classificação em AJEA (Ajustes de Exercícios Anteriores), que se referem a despesas de exercícios anteriores, na PMSP;
- R\$ 120,24 milhões (credor) que teve como contrapartida a classificação em despesas de serviço de fornecimento de água e esgoto, na PMSP;
- R\$ 200,75 milhões (credor) que teve como contrapartida a classificação em despesas de fornecimento de energia elétrica, na PMSP;
- As demais movimentações ocorreram nas empresas HSPM, IPREM, SFMSP, AHM, AMLURB, FUNDATEC, CMSP, COHAB e FMH.

Nota 16 - Obrigações Fiscais

Em 2020, as Obrigações Fiscais de curto prazo apresentaram um aumento de 534,5% e de 370% no longo prazo, em relação ao ano anterior, estas variações são em decorrência da inclusão das empresas SPTuris e SPUrb e com seus respectivos saldos de obrigações fiscais no balanço patrimonial consolidado por serem consideradas empresas dependentes e participarem do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS) deste Município.

Nota 17 - Provisões

No curto prazo são compostas pelas provisões das empresas SPTuris e SPUrb e no prazo no longo prazo são compostas em sua maioria por provisões matemáticas previdenciárias do RPPS que correspondem a 99,7% do valor total, conforme demonstrado a seguir:

				em R\$
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	6.184.060,09	25.558.844,25	31.742.904,34	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	173.055.143.069,56	173.055.143.069,56	99,7%
Provisões para Riscos Fiscais	-	27.124.661,19	27.124.661,19	0,0%
Outras Provisões	20.698.448,07	323.649.645,48	344.348.093,55	0,2%
Provisão p/Contingentes Civeis	44.006.872,57	52.787.892,61	96.794.765,18	0,1%
Total	70.889.380,73	173.484.264.113,09	173.555.153.493,82	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As provisões de longo prazo apresentaram um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior, este aumento ocorreu no grupo de Provisões Matemáticas Previdenciárias na empresa IPREM, em virtude da atualização de R\$ 10,21 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam quase a totalidade das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

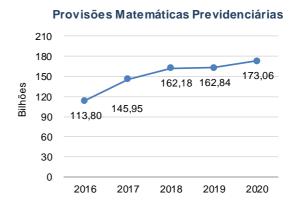
A Portaria nº 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial: O Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM contrata, anualmente, empresa de consultoria com objetivo de fornecer estudo financeiro e atuarial contendo análises estatísticas, resultados, avaliações e parecer atuarial, cujas informações embasam o IPREM na elaboração do DRAA - Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em atendimento às disposições previstas no art. 4º, §2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

O resultado anual da avaliação atuarial considera as seguintes premissas: a) tábua de mortalidade geral; b) tábua de mortalidade de inválidos; c) tábua de entrada em invalidez; d) taxa de crescimento real de salários; e) taxa de crescimento real de benefícios; f) taxa real de juros; g) hipótese sobre geração futura; h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo; i) hipótese de família média; j) fator de capacidade salarial e de benefícios; k) inflação anual estimada, e l) taxa de rotatividade.

Com base nos relatórios anuais de avaliação atuarial, no exercício de 2015 o IPREM reconheceu o deficit atuarial de R\$ 89,2 bilhões e, desde então, efetua atualizações que resultaram em um ajuste acumulado (de 2016 a 2020) de R\$ 83,84 bilhões, atingindo o montante de R\$ 173,06 bilhões de saldo das provisões matemáticas previdenciárias, abaixo demonstrado:

Ano		sões Matemáticas Previdenciárias	% Variação
2016	R\$	113.799.069.194	-
2017	R\$	145.949.250.558	28,3%
2018	R\$	162.183.015.369	11,1%
2019	R\$	162.840.719.610	0,4%
2020	R\$	173.055.143.070	6,3%



<u>Outras Provisões</u> – Encontra-se registrado no grupo Outras Provisões as Perdas em Investimento – MEP registradas na PMSP, que correspondem a 53,1% do grupo e os valores referentes a Processos Judiciais Diversos na empresa dependente COHAB, que equivalem a 29,8% do grupo, conforme quadro abaixo:

				em R\$
Outras Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	182.918.114,17	182.918.114,17	53,1%
Provisão para Ação de Desapropriação do Jockey Club	-	26.325.965,39	26.325.965,39	7,6%
COHAB - Provisão para Impostos Diferidos	-	11.793.469,52	11.793.469,52	3,4%
COHAB - Processos Judiciais Diversos	-	102.612.096,40	102.612.096,40	29,8%
COHAB e FMH - Demais Provisões	-	-	-	0,0%
SPTuris - Outras Provisões	20.610.346,61	-	20.610.346,61	6,0%
SPUrb - Outras Provisões	88.101,46	-	88.101,46	0,0%
Total	20.698.448,07	323.649.645,48	344.348.093,55	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 18 - Demais Obrigações

Em 2020, o grupo Demais Obrigações tem maior representatividade no longo prazo, entre os exercícios de 2019 e 2020, o grupo apresentou aumentos de 31,8% no curto prazo e de 1,2% no longo prazo. Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

				em R\$
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Adiantamentos de Clientes	91.454.900,04	971.710,00	92.426.610,04	0,7%
Valores Restituíveis*	5.370.028.202,51	8.054.066.266,16	13.424.094.468,67	94,8%
Depósitos Judiciais	3.448.252.355,00	8.045.902.450,60	11.494.154.805,60	81,2%
Precatórios - Depositados Conta Especial	1.151.546.148,76	-	1.151.546.148,76	8,1%
Consignações	8.496.823,15	-	8.496.823,15	0,1%
Depósitos Não Judiciais	322.445.633,17	-	322.445.633,17	2,3%
Outros Valores Restituíveis	439.287.242,43	8.163.815,56	447.451.057,99	3,2%
Outras Obrigações	352.628.773,06	285.837.134,31	638.465.907,37	4,5%
Total	5.814.111.875,61	8.340.875.110,47	14.154.986.986,08	100,0%

^{*} incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Depósitos Judiciais - Observa-se que a maior representatividade do grupo Demais
 Obrigações está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo quanto no longo prazo com

81,2% do total, e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015. São valores relacionados a processos judiciais e administrativos, em andamentos, nos quais o Município é parte, depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

No curto prazo, estão registrados 30% do montante dos depósitos judiciais, que constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. No longo prazo, classificados no Passivo Permanente, estão registrados 70% do montante dos depósitos judiciais, que foram antecipados para o Município e têm destinação vinculada.

✓ Créditos de Levantamentos Judiciais - referem-se a créditos que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 17/12/2020, e apresenta um saldo de R\$ 350,02 milhões em 2020.

<u>Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo:</u> os valores mais expressivos destes subgrupos são as Subvenções a Pagar, que se referem aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID).

			em R\$
Outras Obrigações	Saldo em 2019	Saldo em 2020	% s/ Total
Outras Obrigações a Curto Prazo	172.903.162,63	352.628.773,06	55,2%
Subvenções a Pagar	126.794.350,00	129.664.545,00	20,3%
Indenizações e Restituições	18.478.882,85	127.548.308,44	20,0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	16.205.160,91	40.559.625,91	6,4%
Termo de Compromisso a Pagar	11.369.927,92	41.572.929,25	6,5%
Suprimentos de Fundos a Pagar	54.840,95	30.042,02	0,0%
Credores - Entidades e Agentes	-	13.253.322,44	2,1%
Outras Obrigações a Longo Prazo	269.682.860,70	285.837.134,31	44,8%
Subvenções Econômicas a Pagar	269.660.675,00	217.033.720,00	34,0%
Outros Credores Municipais	22.185,70	258.534,85	0,0%
Termo de Compromisso a Pagar	-	1.135.694,40	0,2%
Tributos S/ Reserva de Reavaliação	-	5.523.225,22	0,9%
Outras obrigações a longo prazo- inter OFSS - União	-	11.336.225,66	1,8%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	50.549.734,18	7,9%
Total	442.586.023,33	638.465.907,37	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) foram instituídos pela Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011 e regulamentados pelo Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, com validade de dez anos e com possibilidade de serem utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e de ISS, exceto de ISS retido na fonte.

						em R\$
Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) Arena Fundo de Investimento Mobiliário - FII	Saldo em 2019	Atualização Monetária	Utilização	Reclassificação	Saldo em 2020	% s/ Total
Curto Prazo	126.794.350,00	5.414.935,00	(64.968.380,00)	62.423.640,00	129.664.545,00	2%
Longo Prazo	269.660.675,00	9.796.685,00	-	(62.423.640,00)	217.033.720,00	-20%
Total	396.455.025,00	15.211.620,00	(64.968.380,00)	-	346.698.265,00	-13%
Quantidade	5.855		(919)		4.936	

No exercício de 2020 foram fruídos 919 CID totalizando R\$ 64,9 milhões, restando em estoque 4.936 unidades, no valor atualizado de R\$ 346,7 milhões.

Em 2020, houve a movimentação das contas **Indenizações e Restituições Diversas (P)** e **Indenizações e Restituições - Doação de Órgãos (P)**, que totalizaram R\$ 58,9 milhões e R\$ 18,2 milhões, respectivamente, na PMSP, relativas aos **registros das obrigações com fornecedores por competência**. Destacam- se os seguintes registros:

- R\$ 25,0 milhões relativo ao reconhecimento de dívida Contrato nº 001/2019-SMT -Prestação de serviços à Companhia de Engenharia e Tráfego – CET, na PMSP, em Indenizações e Restituições Diversas (P);
- R\$ 18,2 milhões relativos aos reembolsos ao Serviço Funerário do Município de São Paulo, relacionados à doação de órgãos.

Nota 19 - Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto

Em 2020, o Passivo a Descoberto apresentou uma diminuição de 3,8% em relação a 2019, refletindo positivamente em R\$ 4,15 bilhões no total deste grupo. Abaixo, destacam-se as seguintes movimentações ocorridas neste exercício:

				em R\$
Passivo a Descoberto	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação	%s/Total
Patrimônio Social e Capital Social	1.361.070.999,88	898.694.716,14	51,4%	-1,3%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	620.520.691,95	591.100.686,93	5,0%	-0,6%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(208.983,60)	-	0,0%	0,0%
Demais Reservas	259.626.942,10	141.161.383,13	83,9%	-0,2%
Resultados Acumulados	(108.349.479.413,79)	(111.891.922.476,50)	-3,2%	102,1%
Resultado do Exercício	(588.929.013,15)	9.382.499.541,33	-106,3%	0,6%
Ajuste no Resultado do Exercício*	208.983,60	-	0,0%	0,0%
Resultado de Exercícios Anteriores	(112.289.459.237,15)	(123.911.017.232,93)	-9,4%	105,8%
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.528.699.852,91	2.636.595.215,10	71,8%	-4,3%
Total	(106.108.469.763,46)	(110.260.965.690,30)	-3,8%	100,0%

^{*} Ajuste realizado na SP Urbanismo em contrapartida da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 20 - Resultados Acumulados

Resultado do Exercício: Em 2020, o Município teve um resultado patrimonial consolidado deficitário de R\$ 588,93 milhões, frente ao resultado superavitário de R\$ 9,38 bilhões em 2019, onde se destacam o aumento das despesas com provisões e ajuste para perdas que impactaram neste resultado:

- ✓ **IPREM** Aumento da despesa de provisão Matemática Previdenciária (Deficit Atuarial) de R\$ 657,7 milhões em 2019 para R\$ 10,21 bilhões no exercício de 2020;
- Ajustes de Exercícios Anteriores: No comparativo 2019-2020 houve aumento de 71,8% no saldo deste grupo, conforme seguem demonstrados os saldos e movimentações de AJEA por Órgão:

			em R\$
Ajuste de Exercicios Anteriores	Saldo Inicial	Movimentação	Saldo Final
Administração Direta	792.456.217,63	4.194.334.261,00	4.986.790.478,63
PMSP	343.222.538,78	4.643.200.504,61	4.986.423.043,39
CMSP	(14.269.926,00)	14.015.792,23	(254.133,77)
TCMSP	463.503.604,85	(462.882.035,84)	621.569,01
FECAM	-	-	-
FETCM	-	-	-
Administração Indireta	1.844.138.997,47	(2.302.229.623,19)	(458.090.625,72)
HSPM	(12.070,80)	(229.346,06)	(241.416,86)
IPREM	-	(298.574.984,73)	(298.574.984,73)
SFMSP	25.756.910,46	(26.342.537,23)	(585.626,77)
AHM	271.690,07	33.466.829,63	33.738.519,70
AMLURB	1.814.520.670,34	(3.851.526.741,56)	(2.037.006.071,22)
FMLU	-	2.032.477.243,09	2.032.477.243,09
FUNDATEC	-	(44.532,86)	(44.532,86)
THEATRO	-	7.709,79	7.709,79
FMH	(4.911.997,94)	(50.132.405,08)	(55.044.403,02)
СОНАВ	8.513.795,34	(129.603.311,49)	(121.089.516,15)
SPTURIS	-	(798,05)	(798,05)
SPURBANISMO	-	(11.726.748,64)	(11.726.748,64)
Total	2.636.595.215,10	1.892.104.637,81	4.528.699.852,91

Em 2020, podemos citar como principais registros em AJEA:

✓ PMSP:

- Atualização do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP)
 relativo ao exercício de 2019, no valor total de R\$ 203,27 milhões devedor;
- Baixa dos precatórios referente à posição de janeiro/2020 Estorno de Atualização monetária indevida em exercício anterior- Processo SEI nº 6021.2018/0007157-5-DOC 027899344, no valor de R\$ 663,92 milhões (credor);
- Valor dos precatórios de natureza alimentícia pagos pela PMSP a favor do IPREM referente à E.C. 62/2009, no período de janeiro 2012 a dezembro/2018, a ser restituído a PMSP, conforme tratativas constantes dos Processos SEI nº 6017.2017/0028374-9 e SEI nº 6017.2019/0026524-8 no valor de R\$ 255,44 milhões (credor);

- Transposição de Saldo de Resultado do Exercício para Resultado de Exercícios Anteriores, no valor de 356,61 milhões (devedor);
- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no valor de R\$ 363,42 milhões (devedor);
- Reconhecimento de bens imóveis em função da classificação instituída pela PCASP Estendido em atendimento à Portaria STN nº 548/2015. Os bens imóveis foram reconhecidos com base na extração de dados fiscais de SUREM, em confronto com os dados do Geosampa, conforme Processo SEI nº 6017.2020/0055609-0, no valor de R\$ 24,04 bilhões (credor);
- Baixa de bens imóveis baixados em função da instituição do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, conforme Processo SEI nº 6017.2020/0055609-0, no valor de R\$ 18,94 bilhões (devedor);
- Reconhecimento de bens móveis no valor de R\$ 536,51 mil adquiridos entre 2002 a 2011, data anterior à operacionalização do atual sistema orçamentário e financeiro SOF, os referidos bens foram registrados no antigo Sistema denominado SEO ou Novo SEO e estavam pendentes de reconhecimento e classificação no Sistema SOF pelas Unidades Orçamentárias. Cabe ressaltar que este registro foi oriundo da interface com o SBPM (Sistema de Bens Patrimoniais Móveis) operacionalizado por cada Unidade Orçamentária adquirente do bem móvel, sendo de sua competência a informação se o bem realmente atende aos critérios de controle;
- Acréscimo no valor de bens móveis no valor de R\$ 5,65 milhões, decorrente de mensuração do bem a valor justo ou de mercado, através de comissão técnica avaliadora autônoma, conforme determinações do artigo 10 da Portaria SF nº 262/2015. Os bens móveis passíveis de avaliação foram os i) bens citados no tópico anterior e ii) os bens adquiridos entre 2012 a 2015, registrados no Sistema SOF, mas pendentes de reclassificação contábil por tipo de bem móvel e consequentemente com valores desatualizados. Cabe ressaltar que este registro, assim como a reavaliação a valor justo é de responsabilidade da Unidade Orçamentária. As informações são oriundas da interface com o SBPM (Sistema de Bens Patrimoniais Móveis), operacionalizado por cada Unidade Orçamentária adquirente do bem móvel. Foi identificado falha em registros realizados pela unidade, onde alguns bens foram reclassificados a maior, talvez por erro de digitação, não há como afirmar visto que a unidade tem autonomia na realização dos seus registros, mas pouco tempo depois os bens foram baixados, porém por uma regra sistêmica do SOF a contrapartida foi em Variação Patrimonial Diminutiva e não como deveria em AJEA;

Redução no valor de bens móveis no valor de R\$ 118,02 milhões, decorrente de mensuração do bem a valor justo ou de mercado, através de comissão técnica avaliadora autônoma, conforme determinações do artigo 10 da Portaria SF nº 262/2015. Os bens móveis passíveis de avaliação foram os i) bens citados no tópico anterior (adquiridos anteriormente a 2011) e ii) os bens adquiridos entre 2012 a 2015, registrados no Sistema SOF, mas pendentes de reclassificação contábil e consequentemente com valores desatualizados. Cabe ressaltar que este registro, assim como a reavaliação a valor justo é de responsabilidade da Unidade Orçamentária. As informações são oriundas da interface com o SBPM (Sistema de Bens Patrimoniais Móveis), operacionalizado por cada Unidade Orçamentária adquirente do bem móvel.

✓ AMLURB e FMLU:

Valores da Dívida Ativa transferidos da AMLURB para o FMLU;

Nota 21 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido no art. 105 da Lei 4.320/1964, segregado em ativos e passivos financeiros e permanentes²:

					em R\$
Ativo (I)	Exercício 2020	Exercício 2019	Passivo (II)	Exercício 2020	Exercício 2019
Ativo Financeiro	23.144.417.698,95	17.669.719.702,19	Passivo Financeiro	11.376.163.048,77	8.678.411.111,90
Ativo Permanente	107.036.224.187,56	95.569.429.634,84	Passivo Permanente	230.178.098.796,54	218.374.676.497,56
Total do Ativo	130.180.641.886,51	113.239.149.337,03	Total do Passivo	241.554.261.845,31	227.053.087.609,46
:	Saldo Patrimonial (III) = (I	- II)		(111.373.619.958,80)	(113.813.938.272,43)

Por este quadro, é possível apurar o superavit financeiro de R\$ 11,77 bilhões, resultante da equação: Ativos Financeiros de R\$ 23,14 bilhões deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 11,37 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A seguir, detalhamos por empresa o superavit financeiro apurado em 2020:

² Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Administração Direta				Administr	ação In	direta		Consoli	dado				
PMSP	D\$ 1:	1.425.380.032		HSPM	R\$	57.363.214							
I WOI	ΙζΨ Ι	11.425.360.032		11.425.500.052		IPREM	R\$	20.618.493					
				SFMSP	R\$	12.265.340							
CMSP - FECAM	R\$	1.034.044		AHM	R\$	170.118.177							
CIVISP - FECAIVI	КФ 1.034.044	+	AMLURB	R\$	1.391.848	=							
				FMLU	R\$	42.039.961							
									FUNDATEC	-R\$	3.183.568		Superavit Financeiro do Período
TCMSP - FETCM	D¢	R\$ 543.514		THEATRO	R\$	2.435.665		do i criodo					
TOWSF - FETCW	ĽΦ			FMH	-R\$	2.575.365							
				COHAB	R\$	76.817.451							
				SP TURIS	-R\$	43.960.180							
				SP URBANISMO	R\$	7.966.024							
Total	R\$ 1	1.426.957.590		Total	R\$	341.297.060							

Nota 22 - Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

	Atos Potenciais Ativos				
Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019			
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.782.466.162,80	3.538.396.476,36			
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres	-	-			
Direitos Contratuais	-	-			
Outros Atos Potenciais Ativos	38.001.769,67	21.420.388.376,89			
Total	3.820.467.932,47	24.958.784.853,25			

	Atos Potenciais Passivos				
Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019			
Garantias e Contragarantias Concedidas	103.053.741,33	79.931.247,75			
Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Congêneres					
Obrigações Contratuais	30.089.699.067,64	31.897.195.506,25			
Outros Atos Potenciais Passivos	1.215.024.232,01	1.128.296.933,29			
Total	31.407.777.040,98	33.105.423.687,29			

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais passivos, o valor mais significativo registrado no Balanço de 2020, aproximadamente 95,8% correspondeu a obrigações contratuais.

Nota 23 - Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superavit ou deficit financeiro por fonte e destinação de recursos, classificadas em vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8° e 50 da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Superavit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; deficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

				em R\$
Superavit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação	%s/Total
Ordinária *	5.512.641.626,07	3.020.169.703,49	82,5%	46,8%
Vinculada	6.255.613.024,11	5.971.138.886,80	4,8%	53,2%
Operações de Crédito	203.798.897,56	299.243.678,50	-31,9%	1,7%
Transferências Federais	631.207.149,03	527.349.572,60	19,7%	5,4%
Transferências Estaduais	173.583.225,80	176.500.850,82	-1,7%	1,5%
Fundo Constitucional de Educação	102.425.291,30	143.522.979,32	-28,6%	0,9%
Outras Fontes *	388.029.924,28	335.189.929,96	15,8%	3,3%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	4.577.519.676,26	4.284.438.688,74	6,8%	38,9%
Alienação de Bens Ativos	61.274.586,79	20.802.440,84	194,6%	0,5%
Depósitos Judiciais	34.966.453,67	160.243.118,32	-78,2%	0,3%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	77.078.017,88	-	0,0%	0,7%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	3.375.769,00	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado á Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5°, I	2.354.032,54	-	0,0%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	23.847.627,70	-100,0%	0,0%
Total	11.768.254.650.18	8.991.308.590.29	30.9%	100.0%

^{*} Em 16 de fevereiro de 2021, a Secretaria Municipal da Fazenda editou a Portaria SF nº 29 que alterou o montante das desvinculações do exercício de 2020 de R\$ 438,3 milhões para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021. A referida alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando exatamente qual foi o montante de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal FUMCAD da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Em virtude da alteração na desvinculação, o superavit financeiro da fonte ordinária 00 - Tesouro Municipal apresenta-se com saldo de R\$ 8,2 milhões a maior e a fonte vinculada 05 - Outras Fontes com este mesmo montante a menor.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Cabe salientar que a Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 156, de 26 de agosto de 2020 e nº 11 de 22 de janeiro de 2021 que, posteriormente, foi alterada pela Portaria SF nº 29 de 16 de fevereiro de 2021. Tal alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando qual foi o montante exato e receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Portanto, o montante de receitas inicialmente desvinculadas de R\$ 438,3 milhões foi ajustado para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021.

Em virtude da referida alteração, o superavit financeiro da fonte ordinária 00 - Tesouro Municipal apresenta-se com saldo de R\$ 8,2 milhões a maior e a fonte vinculada 05 - Outras Fontes com este mesmo montante a menor, sendo que as aberturas de crédito adicional por superavit financeiro em 2021 levarão em consideração estes valores corrigidos, conforme texto da Portaria SF n° 29/2021:

Art. 4º As **aberturas de crédito adicional por superávit financeiro** durante o **exercício de 2021** levarão em **consideração a correção dos valores de desvinculação** da receita conforme esta Portaria.

Parágrafo Único. A correção do valor da desvinculação será **objeto de Nota Explicativa** no Balanço Municipal. (grifos nossos)

Assim, em decorrência do art. 4º da referida Portaria SF, segue o superavit financeiro ajustado para o exercício de 2020:

Fontes de Recursos	Superavit Balanço	Portaria SF nº 29	Superavit 2020 ajustado	
	Patrimonial 2020	de 16/02/2021		
Ordinária	5.512.641.626,07	-8.208.843,70	5.504.432.782,37	
Vinculada	6.255.613.024,11		6.263.821.867,81	
Operações de Crédito	203.798.897,56		203.798.897,56	
Transferências Federais	631.207.149,03		631.207.149,03	
Transferências Estaduais	173.583.225,80		173.583.225,80	
Fundo Constitucional de Educação	102.425.291,30		102.425.291,30	
Outras Fontes	388.029.924,28	8.208.843,70	396.238.767,98	
Receita Condicionada	0,00		0,00	
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	4.577.519.676,26		4.577.519.676,26	
Alienação de Bens Ativos	61.274.586,79		61.274.586,79	
Depósitos Judiciais	34.966.453,67		34.966.453,67	
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	77.078.017,88		77.078.017,88	
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	3.375.769,00		3.375.769,00	
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado á Saúde	0,00		0,00	
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.354.032,54		2.354.032,54	
Recursos Extraorçamentários	0,00		0,00	
TOTAL	11.768.254.650,18	0,00	11.768.254.650,18	

2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 - Impostos

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2020 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, que correspondem a 51,59% e 34,11% do total deste grupo, respectivamente.

Nota 2 - Contribuições Sociais

As Contribuições Sociais são compostas pelas contribuições patronais e de servidores ativos e inativos, da administração direta e indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da PMSP.

Nota 3 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços

No comparativo 2019-2020, houve variação positiva de 219,53% (aumento de R\$ 1,60 bilhão), dos quais podemos destacar as seguintes receitas e respectiva participação percentual do grupo de receitas de Exploração: concessão e permissão – serviço de

transporte (6,3%), direito de uso de bens públicos (31%), cessão de direito operacionalização da folha de pagamento pessoal (38,8%).

Nota 4 - Juros e Encargos de Mora

Em 2020 correspondeu a 11,35% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. O item de maior relevância dentre os juros e encargos de mora, representando aproximadamente 60,75% do total do grupo, corresponde às Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

Nota 5 - Variações Monetárias e Cambiais

Em 2020 correspondeu a 3,51% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. No comparativo 2019-2020, houve um grande percentual de variação positiva (aumento aproximado de R\$ 3,48 bilhões) que corresponde às variações monetárias da Dívida Ativa Tributária.

Nota 6 - Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária, incluídos recursos referentes a aportes ao RPPS e representam 46,88% e 51,99% respectivamente, do total do grupo.

As transferências intragovernamentais, especificamente relacionadas ao auxílio ao combate da Covid-19, estão melhores detalhadas no Relatório do Balanço Anual - Capítulo Reflexos decorrentes da pandemia pelo Coronavírus.

Nota 7 - Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto, principalmente, pelas seguintes transferências: Transferências de Recursos do SUS (14,75%); Transferências do FUNDEB (21,61%); Cota-Parte do ICMS (34,57%) e Cota-Parte do IPVA (12,65%).

As transferências intergovernamentais, especificamente relacionadas ao auxílio ao combate da Covid-19, estão melhores detalhadas no Relatório do Balanço Anual - Capítulo Reflexos decorrentes da pandemia pelo Coronavírus.

Nota 8 - Ganhos com Alienação

Em 2020, houve registro extemporâneo de Ganhos com Alienação de Bens Dominicais no valor de R\$ 14,35 milhões, decorrente do resultado da Concorrência Nacional 001/SMDP/2019, que objetivou alienação dos imóveis dos Lotes I e II para a Fundação Liceu Pasteur (Imóveis CROQUI 117 - SQL 042.008.0150-7 e CROQUI 116 - SQL 042.008.0151-5)

em 03/04/2019 - DOM. Dados SEI 6071.2019/0000263-2 (025302064) e 6071.2019/000067-2.

Nota 9 - Ganhos com Incorporação de Ativos

No comparativo 2019-2020, o grupo Ganhos com Desincorporação de Passivo resultou em uma diminuição de 77,64%. Em 2020 correspondeu a 0,05% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 48,9 milhões. Seguem abaixo as contas mais significativas em termos de valores, que compõem o grupo:

	em R\$
Ganhos com Incorporação de Ativos	Exercício 2020
Incoporação de bens móveis	
PMSP	7.306.806,06
Incorporação de outros direitos	
SFMSP	14.467.994,13
COHAB	24.820.469,41
Total	46.595.269,60

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 10 - Ganhos com Desincorporação de Passivos

No comparativo 2019-2020, o grupo Ganhos com Desincorporação de Passivo resultou em uma diminuição de 45,59%. Em 2020 correspondeu a 0,35% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 347,5 milhões sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo Ganhos com Desincorporação de Passivos em 2020 são demonstradas no quadro abaixo:

	em R\$
Ganhos com Desincorporação de Passivos	Exercício 2020
Cancelamento de Dívidas Passivas	45.324,61
Cancelamento - Deságio Acordo TJSP - EC 62/2009	290.209.483,40
Precatórios - Estorno	6.332,81
Cancelamento de Restos	53.676.464,95
Outras Desincorporações	3.458.900,34
Total	347.396.506,11
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF	

Nota 11 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas são as que seguem:

		em R\$
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2020	%s/ Total
Multas de Trânsito	1.261.154.605,88	27,0%
Outorga Onerosa FUNDURB	543.385.444,85	11,6%
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.304.637.069,24	27,9%
Demais Multas	288.907.543,25	6,2%
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	189.523.416,85	4,1%
Indenizações e Restituições	114.972.151,56	2,5%
Demais Contas	972.433.527,18	20,8%
Total	4.675.013.758,81	100,0%

Nota 12 - Remuneração a Pessoal

No exercício de 2020, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 12,87 bilhões, o que representa, aproximadamente, 77,8% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

Nota 13 - Aposentadorias e Reformas

Correspondem aos pagamentos efetuados aos aposentados da administração direta e indireta, sob o Regime Próprio de Previdência Social da PMSP e representaram, aproximadamente, 88,4% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

Nota 14 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

No comparativo 2019-2020, os valores registrados neste grupo aumentaram 167,11% e englobam benefícios como: auxílio-funeral, salário-família e auxílio-doença.

Nota 15 – Serviços

Essas VPD representam um expressivo valor no gasto público do Município (13,74 % do total das VPD, aproximadamente R\$ 13,67 bilhões) e correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os munícipes e também para a administração pública. Dentre os gastos com serviços, destacaram-se os serviços pagos a pessoas jurídicas, conforme abaixo:

		em R\$
Serviços de Terceiros - PJ	Exercício 2020	%s/Total
Serviços Urbanos	3.570.717.800,29	26,1%
Outros Serviços de Terceiros	2.639.325.009,31	19,3%
Obras e Instalações	1.759.075.964,31	12,9%
Serviços Médicos Hospitalares	495.118.644,15	3,6%
Serviço de Limpeza e Conservação	406.161.038,77	3,0%
Serviço de Vigilância Ostensiva e Monitorada	454.259.122,90	3,3%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Outros	374.897.782,41	2,7%
Serviços Técnicos Profissionais	391.064.182,53	2,9%
Serviço de Alimentação	212.684.032,68	1,6%
Sentenças Judiciais	175.641.881,01	1,3%
Manutenção e Conservação	737.382.008,52	5,4%
Serviços Relacionados a TI	438.419.740,66	3,2%
Demais	2.012.968.806,44	14,7%
Total	13.667.716.013,98	100,0%

Nota 16 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

No comparativo 2019-2020, houve diminuição de 71,58% (equivalente a R\$ 821,88 milhões), destacamos a redução das despesas com amortização da dívida e respectivos juros e encargos, em decorrência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e suspendeu os pagamentos das dívidas contratadas entre a União e o Município (com base no Art. 1º, § 1º, inciso I da referida LC). As dívidas que foram objeto das suspensões impostas pela referida Lei Complementar são relativas aos contratos de Refinanciamento MP 2.185/2001 e ao Parcelamento Lei nº 13485/2017.

Nota 17 - Juros e Encargos de Mora

No comparativo 2019-2020, houve aumento significativo de R\$ 8,64 milhões, 90% decorrentes de multas impostas ao Município pelo poder judiciário por descumprimento de decisão judicial, revertidas à municipalidade através de transferências para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD).

Nota 18 - Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária e para aporte de recursos ao RPPS que corresponde a 52% das transferências intragovernamentais.

Nota 19 - Transferências Intergovernamentais

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente, 62,16%) e transferências ao FUNDEB (aproximadamente, 37,83%).

Nota 20 - Transferências a Instituições Privadas

Neste este grupo, destacam-se as VPD referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a Subvenções Sociais, aproximadamente, 98,91% do grupo, com destaque para Serviços de Assistência à Saúde no valor aproximado de R\$ 8,46 bilhões.

Nota 21 - Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas

No comparativo 2019-2020, houve variação negativa de 6,55% que equivale aproximadamente R\$ 469,74 milhões. Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa, realizado de acordo com a metodologia proposta pelo GT instituído pela Portaria Conjunta SF/SNJ 1/2014, que representa aproximadamente 94,64% do total do grupo.

Nota 22 - Desincorporação de Ativos

No comparativo 2019-2020, houve aumento de 89,63% que equivale aproximadamente a R\$ 3,26 bilhões. Neste grupo, destacamos as desincorporações referentes a Dívida Ativa Tributária, como o cancelamento por negação ou retificação da Dívida Ativa no valor de R\$ 3,67 bilhões e a anistia no valor de R\$ 689,02 milhões decorrente de adesões de contribuintes aos programas de parcelamento.

Nota 23 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas são as que seguem:

		em R\$
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2020	%s/ Total
Provisões Matemáticas Previdenciárias	10.214.423.459,09	94,6%
Resultado Negativo Equivalência Patrimoni	38.318.913,11	0,4%
Indenizações e Restituições	41.387.671,76	0,4%
Outros Incentivos	147.457.447,49	1,4%
Premiações	85.387.589,90	0,8%
Demais Contas	266.838.585,66	2,5%
Total	10.793.813.667,01	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

2.8 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

As mutações ocorridas no exercício de 2020 são decorrentes de:

Nota 1 - Resultado do Exercício Deficitário

O resultado patrimonial consolidado do período no montante de R\$ 588,93 milhões segue detalhado na tabela abaixo:

Administração Direta			Administração Indireta		Consolidado	
PMSP	9.824.230.146,28		HSPM	37.387.930,97		
CMSP	(12.190.867,39)		IPREM	(10.543.351.154,54)		
TCMSP	(4.332.598,00)		SFMSP	(122.842.562,01)		
FECAM	(36.982.113,57)		АНМ	47.499.693,92		
FETCM	(9.044.549,30)	+	AMLURB	(139.812.582,18)		
			FMLU	331.196.477,09	Resultado	
			FUNDATEC	89.451,73	Patrimonial	(588.929.013,15)
			THEATRO	102.730,42	(Deficit)	
			FMH	(855.415,90)		
			COHAB	(112.605,41)		
			SPURBANISMO	2.356.740,66		
			SPTURIS	37.732.264,08		
Total	9.761.680.018,02		Total	(10.350.609.031,17)		

Analisando o deficit apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado positivo de R\$ 9,76 bilhões e a administração indireta um resultado negativo de R\$ 10,35 bilhões. O resultado patrimonial superavitário consolidado teve como principais motivos:

✓ **IPREM** – Aumento da despesa de provisão Matemática Previdenciária (Deficit Atuarial) de R\$ 657,70 milhões em 2019 para R\$ 10,21 bilhões no exercício de 2020;

Nota 2 - Constituição/Reversão de Reservas

As movimentações ocorridas em Demais Reservas foram nas empresas:

- COHAB: reversão da reavaliação ocorrida em 2003 e 2006, conforme ajuste tratado no Proc. SEI № 7610.2019/0003554-0 em 30/12/2019, no valor de R\$ 40.203.554,37 (devedor);
- FMH: reversão da reavaliação ocorrida em 2007 conforme ajuste tratado no Proc. SEI Nº 7610.2019/0003554-0 em 30/12/2019, no valor de R\$ 16.330.624,89 (devedor);
- SPUrbanismo: ajuste ao valor de mercado em 31/12/2019, conforme laudos de avaliação elaborados pela empresa Inspect Ambiental Ltda. Processo SEI nº 7810.2019/0000599-1 no total líquido de R\$ 49.649.273,09 (credor).

Nota 3 - Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA

Os detalhamentos desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa n^{o} 20 do item 2.6 - Balanço Patrimonial.

2.9 Balanço Financeiro

Nota 1-A - Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo iniciou-se no exercício de 2016, por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, que estabeleceram as normas complementares e os procedimentos correspondentes.

Em 2020, as desvinculações de receitas na PMSP totalizaram R\$ 438,3 milhões e foram oficializadas através de:

- Portaria SF nº 156, de 26 de agosto de 2020, desvinculando o montante de R\$ 102,9 milhões referentes aos valores arrecadados até 30/06/2020;
- Portaria SF nº 11, de 22 de janeiro de 2021, desvinculando o montante de R\$ 335,4 milhões referentes aos valores arrecadados até 31/12/2020.

Cabe salientar que a Secretaria Municipal da Fazenda editou a Portaria SF nº 29 de 16 de fevereiro de 2021, que alterou a Portaria SF nº 11, de 22 de janeiro de 2021. A referida alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando qual foi o montante exato de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Com isso o montante de receitas inicialmente desvinculadas de R\$ 438,3 milhões foi ajustado para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021.

Nota 1-B - Receita Líquida por Fonte de Recurso

No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Dessa forma, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das receitas brutas, das deduções da receita orçamentária por fonte de recursos, das desvinculações³ e das receitas líquidas:

					em R\$
Receita Orçamentária	Receita Bruta	Deduções	Desvinculação (DE)	Desvinculação (PARA)	Receita Líquida
Ordinária	53.973.688.923,08	(2.304.847.296,19)	-	438.297.069,45	52.107.138.696,34
Tesouro Municipal	48.939.763.224,44	(2.304.625.694,12)	-	438.297.069,45	47.073.434.599,77
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.744.600.414,21	(191.017,97)	-	-	4.744.409.396,24
Recursos Próprios da Administração Dependente	289.325.284,43	(30.584,10)	-	-	289.294.700,33
Vinculada	15.056.208.065,68	(63.839.064,65)	(438.297.069,45)	-	14.554.071.931,58
Operações de Crédito	521.466.706,28	-	-	-	521.466.706,28
Transferências Federais	4.147.179.650,87	(5.289,62)	-	-	4.147.174.361,25
Transferências Estaduais	713.335.752,79	(721.133,80)	-	-	712.614.618,99
Fundo Constitucional da Educação	4.681.603.079,65	-	-	-	4.681.603.079,65
Outras Fontes	217.866.001,35	(562.038,66)	(12.859.153,76)	-	204.444.808,93
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	3.576.960.524,91	(62.550.602,57)	(425.437.915,69)	-	3.088.972.006,65
Alienação de Bens/ Ativos	50.295.488,01	-	-	-	50.295.488,01
Depósitos Judiciais	719.943.761,25	-	-	-	719.943.761,25
Transf. Fed Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	335.525.438,28	-	-	-	335.525.438,28
Transf. Fed Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	3.375.769,00	-	-	-	3.375.769,00
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5°, I	88.655.893,29	-	-	-	88.655.893,29
Total	69.029.896.988,76	(2.368.686.360,84)	(438.297.069,45)	438.297.069,45	66.661.210.627,92

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 1-C -Despesa por Fonte de Recursos

Na execução da Despesa por Fonte de Recursos em 2020, comparado ao exercício de 2019, houve um aumento de 9,3% no total, onde se destaca o aumento de 77,2% na Fonte Ordinária, sendo possível visualização das variações no quadro que segue:

em R\$ Despesa Orçamentária Exercício 2020 Exercício 2019 Variação %s/Total Ordinária 50.131.045.144,55 46.098.054.384,25 8.7% 77.2% 45.002.754.017,49 69,3% Tesouro Municipal 41.513.142.054,60 8,4% 4.840.550.558,04 7,0% 7,5% Recursos Próprios da Administração Indireta 4.521.834.274,15 Recursos Próprios da Empresa Dependente 287.740.569,02 63.078.055,50 356,2% 0,4% Vinculada 13.291.369.889,52 11,2% 22,8% 14.784.292.269.44 Operações de Crédito 635.355.091,77 62.087.606,45 923.3% 1,0% Transferências Federais 4.165.060.633,19 3.559.923.561,22 17,0% 6,4% 687.486.589,34 -0,7% Transferências Estaduais 682.608.452,53 1,1% 4.720.416.218,80 Fundo Constitucional de Educação 4.722.008.092,80 0,0% 7,3% 153.788.270,78 75.548.459,65 103,6% 0,2% **Outras Fontes** 3.225.678.679,26 3.331.540.529,93 -3,2% 5,0% Tesouro Municipal - Recurso Vinculado Alienação de Bens Ativos 9.823.342,06 9.819.424,13 0,0% 0,0% Depósitos Judiciais 845.220.425,90 844.547.500,00 0,0% 1,3% Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde 258.447.420,40 0,0% 0,4% Transf. Federais - LC 173/2020. Art. 5º. I 0,0% 86.301.860.75 0,1% **Total** 64.915.337.413,99 59.389.424.273,77 9,3% 100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

³ Em 16 de fevereiro de 2021, a Secretaria Municipal da Fazenda editou a Portaria SF nº 29 que alterou o montante das desvinculações do exercício de 2020 de R\$ 438,3 milhões para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021. A referida alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando qual foi o montante exato de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação.

em R\$

Nota 2 - Transferências Financeiras

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Em 2020, o montante de Transferências Recebidas e Concedidas foi de R\$ 11,9 bilhões, com destaque aos Aportes de Recursos para o RPPS que totalizaram R\$ 5,81 bilhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

					em R\$
Transferências Financeiras Recebidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	803.500.000,00	3.690.504,11	-	807.190.504,11	7,3%
Prefeitura do Município de São Paulo	-	3.690.504,11	-	3.690.504,11	0,0%
Câmara Municipal	550.000.000,00	-	-	550.000.000,00	5,0%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	253.500.000,00	-	-	253.500.000,00	2,3%
Administração Indireta	4.431.870.345,77	43.488.793,02	5.806.630.476,76	10.281.989.615,55	92,7%
Hospital do Servidor Público Municipal	337.895.373,96	-	-	337.895.373,96	3,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	5.806.630.476,76	5.806.630.476,76	52,4%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	2.915.075,18	-	-	2.915.075,18	0,0%
Autarquia Hospitalar Municipal	1.705.418.803,69	-	-	1.705.418.803,69	15,4%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	1.026.126.522,00	112.541,25	-	1.026.239.063,25	9,3%
Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura	17.500.000,00	-	-	17.500.000,00	0,2%
São Paulo Turismo	46.906.317,06	-	-	46.906.317,06	0,4%
São Paulo Urbanismo	11.334.967,00	-	-	11.334.967,00	0,1%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1.108.800.522,61	43.376.251,77	-	1.152.176.774,38	10,4%
Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo	42.673.446,98	-	-	42.673.446,98	0,4%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	117.792.873,36	-	-	117.792.873,36	1,1%
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	14.506.443,93	-		14.506.443,93	0,1%
Total	5.235.370.345,77	47.179.297,13	5.806.630.476,76	11.089.180.119,66	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Transferências Financeiras Concedidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	5.235.239.691,24	-	5.806.630.476,76	11.041.870.168,00	99,6%
Prefeitura do Município de São Paulo	5.235.239.691,24	-	5.806.630.476,76	11.041.870.168,00	99,6%
Câmara Municipal	-	-	-	-	0,0%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Administração Indireta	130.654,53	47.179.297,13	-	47.309.951,66	0,4%
Hospital do Servidor Público Municipal	-	-	-	=	0,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	-	=	0,0%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	-	=	0,0%
Autarquia Hospitalar Municipal	-	-	=	-	0,0%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	121.442,19	47.066.755,88	-	47.188.198,07	0,4%
Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura	-	-	-	-	0,0%
São Paulo Turismo	-	-	-	=	0,0%
São Paulo Urbanismo	-	-	-	-	0,0%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	9.212,34	112.541,25	-	121.753,59	0,0%
Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	-	-	-	=	0,0%
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	-	-	-	=	0,0%
Total	5.235.370.345,77	47.179.297,13	5.806.630.476,76	11.089.180.119,66	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 - Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros. Em 2020, totalizaram R\$ 35,3 bilhões, apresentando um aumento de 12,3%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação	%s/Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	5.326.874.995,59	3.525.789.932,10	51,1%	15,1%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	472.833.703,96	248.009.212,70	90,7%	1,3%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.587.247.957,24	5.339.524.319,92	42,1%	21,5%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	21.917.403.380,89	22.327.286.191,43	-1,8%	62,1%
Total	35.304.360.037,68	31.440.609.656,15	12,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 4 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários ocorridos em 2020, observa-se um aumento de 53,7% na inscrição de restos a pagar e de 23,3% nos seus pagamentos, sendo possível visualizar essas variações em termos monetários e percentuais, no quadro que segue:

em R\$

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação R\$	Variação %
Inscrição de Restos a Pagar	5.799.708.699,55	3.773.799.144,80	2.025.909.554,75	53,7%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	5.326.874.995,59	3.525.789.932,10	1.801.085.063,49	51,1%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	472.833.703,96	248.009.212,70	224.824.491,26	90,7%
Pagamentos de Restos a Pagar	2.652.885.752,45	2.151.131.764,43	501.753.988,02	23,3%
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.405.123.538,30	1.705.479.484,46	699.644.053,84	41,0%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	247.762.214,15	445.652.279,97	- 197.890.065,82	-44,4%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Destaca-se que quando da inscrição dos restos a pagar "não processados", o procedimento adotado no âmbito municipal, é permanecer neste status, não havendo transferência de status para "processados".

Nota 5 - Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Em 2020, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo do Exercício Anterior de R\$ 17,4 bilhões e um Saldo para o Exercício Seguinte de R\$ 22,8 bilhões, demonstrando um aumento de R\$ 5,4 bilhões. As variações dos saldos referente aos exercícios de 2020 e 2019 estão apresentadas no quadro a seguir:

				em R\$
Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação R\$	Variação %
Saldo do Exercício Anterior	17.449.225.412,07	11.813.423.111,63	5.635.802.300,44	47,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.275.967.091,03	8.060.575.421,07	5.215.391.669,96	64,7%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.076.211.520,09	3.716.992.421,98	359.219.098,11	9,7%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	97.046.800,95	35.855.268,58	61.191.532,37	170,7%
Saldo para o Exercício Seguinte	22.828.300.116,29	17.401.478.734,64	5.426.821.381,65	31,2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.147.065.361,81	13.228.220.413,60	4.918.844.948,21	37,2%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.600.790.566,72	4.076.211.520,09	524.579.046,63	12,9%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	80.444.187,76	97.046.800,95	- 16.602.613,19	-17,1%

Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções

Os procedimentos referentes ao registro contábil das retenções efetuadas na PMSP são os seguintes: i) as retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor; ii) as retenções de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

2.10 Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, através dos fluxos das atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento.

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais temos como valores mais expressivos os grupos:

- Ingressos Receitas Tributárias correspondem a 32% e Outros Ingressos
 Operacionais correspondem a 31% do total dos ingressos, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ Receitas Derivadas e Originárias: i) Receitas Patrimoniais com aumento de 104,9%, decorrente da rubrica Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, no valor de R\$ 930 milhões e ii) Receitas de Serviços com aumento de 80,5%, decorrente da rubrica Serviços Administrativos e Comerciais Gerais SPTurismo, no valor de R\$ 204,7 milhões, cuja empresa foi incluída no orçamento fiscal do Município por ter sido considerada dependente a partir do exercício de 2020.
 - ✓ Transferências Recebidas: apresentaram um aumento de 11,4% na comparação com o exercício anterior, relativo às rubricas relacionadas ao combate da Covid-19, no montante de R\$ 2,4 bilhões, onde as transferências recebidas da União correspondem a R\$ 2,22 bilhões, conforme demonstrado

anteriormente no Capítulo Reflexos decorrentes da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19);

- Desembolsos Pessoal e demais despesas que correspondem a 55% do total de desembolsos e são classificados por Função, sendo os valores de maior representação classificados em: Previdência Social, Saúde e Educação. Os Outros Desembolsos Operacionais correspondem a 33% do total. No exercício de 2020 destaca-se a seguinte variação:
 - ✓ **Juros e Encargos da Dívida**: com redução de 72,3%, na comparação com o exercício anterior, em virtude da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e suspendeu os pagamentos das dívidas contratadas entre a União e o Município (com base no Art. 1º, § 1º, inciso I da referida LC). As dívidas que foram objeto das suspensões são relativas aos contratos de Refinanciamento MP 2.185/2001 e ao Parcelamento Lei nº 13485/2017, e estão detalhadas na análise do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Amortização/Refinaciamento da Dívida.

Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais: Conforme o Item 17 da IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (atualizada em janeiro/2020): os campos Outros ingressos e Outros desembolsos (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

No exercício de 2020 estes grupos totalizaram R\$ 34 bilhões cada um, aproximadamente, com destaque a conta contábil denominada Credores por Folha de Pagamento, cujas movimentações a débito e a crédito totalizaram quase R\$ 19,5 bilhões no exercício e os valores relativos à conta contábil Valores Restituíveis com movimentações superiores a R\$ 10 bilhões no exercício, que contemplam depósitos judiciais, precatórios, cauções, consignações, entre outros.

Nota 2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento temos como valores mais expressivos:

- Ingressos apresentaram uma redução de R\$ 2,4 bilhões, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ **Alienação de Bens**: totalizaram R\$ 50,3 milhões e estão detalhados a seguir:

		em R\$
Alienação de Bens	Valores Recebidos	%s/Total
Alienação de Bens e Direitos Imobiliários - FMD	38.814.871,63	77,2%
Alienação de Outros Bens Imóveis	9.588.227,96	19,1%
Alienação de Veículos	972.335,34	1,9%
Alienação de Outros Bens Imóveis	918.853,08	1,8%
Alienação de Bens e Materiais - FED/TCM	1.200,00	0,0%
Total	50.295.488,01	100,0%

✓ **Outros Ingressos de Investimentos**: totalizou R\$ 697,1 milhões e corresponde a 91% do total das entradas, com destaque para: i) Outorga Onerosa – Plano Diretor – Direito de Construir – FUNDURB no valor R\$ 543,4 milhões, representando 78% do grupo e ii) Acordo Banco do Brasil – Regularização Ambiental e Fundiária Jd. Keralux no valor de R\$ 63,1 milhões, representando 9% do grupo.

Uma expressiva variação negativa de 77,3% foi observada neste grupo decorrente da redução de receita com alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC da Operação Urbana Faria Lima, que em 2019 totalizou R\$ 1,6 bilhão e em 2020 arrecadou R\$ 48,7 milhões.

- **Desembolsos** apresentaram um aumento de 39% e correspondem aos seguintes detalhamentos:
 - ✓ Aquisição de Ativo Não Circulante: no montante de R\$ 2,2 bilhões, correspondente a 60% do total das saídas de caixa do grupo, a seguir detalhados:

em R\$ Aquisição de Ativo não Circulante %s/Total Valores Pagos 1.643.533.654,03 Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2020 74,1% Investimentos Obras e Instalações 1.407.907.821,35 63,4% 89.506.322,88 4,0% Investimentos Equipamentos e Material Permanente Investimentos Aquisição de Imóveis 140.802.233,80 6.3% 5.317.276,00 0,2% Inversão Financeira Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2020 575.645.774,28 25,9% Investimentos Obras e Instalações 391.246.170,38 17,6% Investimentos Equipamentos e Material Permanente 144.153.625,59 6,5% 1,8% Investimentos Aquisição de Imóveis 40.245.978,31 2.219.179.428,31 100,0% **Total**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

✓ Outros Desembolsos de Investimentos: no montante de R\$ 1,5 bilhão, correspondente a 40% do total das saídas de caixa deste grupo, a seguir detalhados:

		em R\$
Outros Desembolsos de Investimentos	Valores Pagos	%s/Total
Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2020	1.265.954.193,30	86,2%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.000.409.194,75	68,1%
Sentenças Judiciais	150.727.022,16	10,3%
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ	39.704.282,72	2,7%
Serviços de Consultoria	20.007.259,06	1,4%
Demais Desembolsos	55.106.434,61	3,8%
Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2020	202.543.609,02	13,8%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	174.251.014,71	11,9%
Despesas de Exercícios Anteriores	10.588.604,07	0,7%
Demais Desembolsos	17.703.990,24	1,2%
Total	1.468.497.802,32	100,0%

Nota 3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento temos como valores mais expressivos:

- Ingressos apresentaram um aumento de 123% comparado ao exercício de 2019, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ Operações de Crédito: com aumento de 75,3%, decorrente da rubrica Programa Asfalto Novo com variação de R\$ 140,0 milhões comparado a 2019 e da contratação de operação de crédito no mercado externo, referente à rubrica Contrato 4641/OC-BR - BID - Avança Saúde SP, no montante de R\$ 171,2 milhões;
 - ✓ **Transferências de Capital Recebidas**: no montante de R\$ 751,8 milhões, com destaque para o Convênio PMSP X SABESP FMSAI que totalizou R\$ 467,3 milhões e as transferências relativas ao enfrentamento da Covid-19 corresponderam a R\$ 6,8 milhões;
 - ✓ **Outros Ingressos de Financiamento**: no montante de R\$ 720 milhões, referentes aos Depósitos Judiciais da Lei Complementar 151/2015.
- Desembolsos apresentaram uma redução de 30% comparado ao exercício de 2019, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ Amortização/Refinanciamento da Dívida: destaque-se a redução de R\$ 1,5 bilhão, em virtude da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e suspendeu os pagamentos das dívidas contratadas entre a União e o Município com base no Art. 1º, § 1º, inciso I da referida LC, transcrito a seguir:

Art. 1º Fica instituído, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, exclusivamente para o exercício financeiro de 2020, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

§ 1º O Programa de que trata o caput é composto pelas seguintes iniciativas:

I - suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre:

- a) de um lado, a União, e, de outro, os Estados e o Distrito Federal, com amparo na Lei n° 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória n° 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;
- **b) de um lado, a União, e, de outro, os Municípios**, com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017; (grifos nossos).

As dívidas que foram objeto das suspensões impostas pela referida Lei Complementar são relativas aos contratos de Refinanciamento MP 2.185/2001 e ao Parcelamento Lei 13485/2017 e estão detalhadas a seguir:

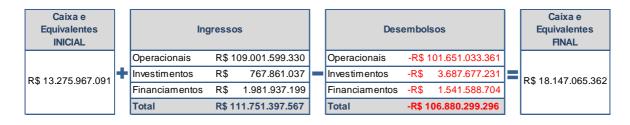
							em R\$
Contrato MP 2185				Parcela	mento Lei 134	85/2017	
Mês	Amortização	Juros	Total		Amortização	Juros	Total
Abr	169.258.633,65	85.581.182,74	254.839.816,39		-	-	-
Mai	169.903.975,13	85.031.154,82	254.935.129,95		-	-	-
Jun	170.300.799,18	84.407.242,69	254.708.041,87	_	245.821,88	43.633,38	289.455,26
Jul	170.626.662,76	83.694.534,93	254.321.197,69		243.317,85	43.699,89	287.017,74
Ago	170.951.821,16	83.007.498,18	253.959.319,34		243.359,81	44.169,81	287.529,62
Set	171.247.824,91	82.332.359,02	253.580.183,93		243.751,80	44.630,95	288.382,75
Out	171.474.045,69	81.571.289,41	253.045.335,10	_	243.751,80	45.020,96	288.772,76
Nov	171.729.257,11	80.876.973,24	252.606.230,35		243.751,80	45.410,96	289.162,76
Dez	172.008.385,96	80.141.676,37	252.150.062,33		243.751,80	45.776,59	289.528,39
Total	1.537.501.405,55	746.643.911,40	2.284.145.316,95		1.707.506,74	312.342,54	2.019.849,28

Fonte: Departamento de Dívidas Públicas - Divisão de Dívidas e Garantias - DIDIG

✓ **Outros Desembolsos de Financiamento**: o montante R\$ 808,3 milhões refere-se à Recomposição de Depósitos Judiciais LC 151/2015.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa Final

Em 2020, o saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a R\$ 18,1 bilhões, apresentando um aumento de 37% em relação ao ano anterior:



Com base no Relatório de Gestão Fiscal – RGF, especificamente no Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, seguem detalhados os saldos de Caixa e Equivalentes com as respectivas vinculações:

	em R\$
Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa
Destinação de Necursos	Bruta em 2020
Recursos Não Vinculados *	10.480.978.261,72
Recursos Ordinários	10.401.820.774,85
Outros Recursos não Vinculados	79.157.486,87
Recursos Vinculados *	7.746.579.411,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-
Transferências do FUNDEB	102.425.291,90
Outros Recursos Vinculados à Educação	367.994.641,56
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	545.263.573,21
Recursos Vinculados à Assistência Social	260.436.241,83
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	80.459.116,61
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	259.646.695,57
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	61.247.927,36
Outras Recursos Vinculados	6.069.105.922,96
Total * *	18.227.557.672,72
(-) 1.1.4.0.0.00.00.00.000 - Investimentos e Aplicações Temp. a Curto Prazo (IPREM)	(80.444.187,76)
(-) 1.1.3.8.2.99.01.00.000 Valores a Receber - CMSP	(48.123,15)
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	18.147.065.361,81

^{*} Em 16 de fevereiro de 2021, a Secretaria Municipal da Fazenda editou a Portaria SF nº 29 que alterou o montante das desvinculações do exercício de 2020 de R\$ 438,3 milhões para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorrerão no exercício de 2021. A referida alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando exatamente qual foi o montante de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal FUMCAD da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Emvirtude da alteração na desvinculação, a disponibilidade de caixa da fonte ordinária 00 - Tesouro Municipal (Recursos Não Vinculados) apresenta-se com saldo de R\$ 8,2 milhões a maior e a fonte vinculada 05 - Outras Fontes (Recursos Vinculados) com este mesmo montante a menor.

Fonte: RGF - Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - 3º Quadri/2020 e Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

3. Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações contábeis desta Municipalidade.

3.1 Matriz de Saldos Contábeis - MSC

A Portaria STN nº 896 de 31 de outubro de 2017 estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Desde o exercício de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo envia ao SICONFI, mensalmente, seus dados por meio da MSC, cumprindo os prazos legais. Ademais, com a

^{**} A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por: 17.345.400.142,90 - PMSP, 84.849.985,06 - HSPM; 80.459.116,61 - IPREM; 20.978.407,60 - SFMSP; 170.104.017,40 - AHM; 114.063.007,27 - AMLURB; 5.545.507,55 - FUNDATEC; 65.077.704,66 - COHAB; 22.333.340,84 - FDOCOHAB; 15.807.214,59 - THEATRO; 50.864.426,87 - SPTURIS; 30.880.498,49 - SPURB; 169.458.079,53 - FMLU; 32.844.629,27 - CMSP; 1.065.036,76 - FDOCMSP; 16.883.604.82 - TCMSP; 942.952.55 - FDOTCM.

implantação do projeto de Conta Corrente Contábil, que está em andamento, serão atendidos os requisitos relacionados à segregação de Fontes de Recursos estabelecidas na MSC.

3.2 Projeto Conta Corrente Contábil

O projeto do Conta Corrente Contábil busca adequar o Sistema SOF às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional relacionadas à segregação de Fontes de Recursos e às informações complementares exigidas pela Matriz de Saldos Contábeis, através da inclusão de atributos no Plano de Contas Contábeis da PMSP (baseado no PCASP Estendido).

O projeto encontra-se na fase de estudo, levantamento dos requisitos e mapeamento das informações necessárias, objetivando elaboração do documento "Visão de Negócio". As etapas de desenvolvimento, os testes e homologação estão previstos para o primeiro semestre de 2022, sendo que a implantação da funcionalidade em produção está prevista para janeiro/2023.

4. Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2020 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.